

I Seminário Brasileiro Sobre o Livro e História Editorial

Realização: FCRB - UFF/PPGCOM – UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 - Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigentes no Brasil. Não pode ser reproduzido sem autorização prévia do autor.

Pode-se fazer uma história das práticas populares de leitura na Época Moderna? Os “novos leitores” revisitados

Jean Hébrard

Tradução : Marília Barcellos

Em 1983, Roger Chartier organizou um encontro entre pesquisadores de diferentes países para confrontar os primeiros passos de uma história social e cultural da leitura, que estava em constituição, em trabalhos já estabelecidos no domínio das outras ciências do homem e da sociedade¹. Chartier sugeriu que minha intervenção fosse centrada sobre um dos contrastes que retiveram nossa atenção e contrapunham, de um lado, as aprendizagens de ler e de escrever reguladas pelas instituições escolares, de outro, aqueles que nasceram dos acasos das existências que jamais haviam passado pela palmatória de um professor de escola. Havia uma razão precisa para essa questão. Há muitos anos, a história cultural se defrontava com um problema que não cessava de levantar paixões e polêmicas: como encontrar, de maneira segura, as práticas de leitura dos grupos sociais que entraram por arrombamento na cultura da escrita e, na maior parte dos casos, sem deixar pistas? Na falta de melhor definição, designavam-se esses leitores como “populares” por oposição aos leitores “letrados” que viviam plenamente e com toda legitimidade no meio de escritos e, assim, raramente ofereciam problemas de falta de testemunhos. Não se sabia, todavia, se a ancoragem social dessa população, política e culturalmente dominadas, caracterizavam suas práticas intelectuais ou se, ao contrário, eram essas últimas (ler em voz alta e não com os olhos; ler pouco, antes que muito; ler livros de *colportage*² ao invés dos ricos *in-quarto*; ler jornal ao invés de livros, etc.) que os inscreviam no registro de popular. Estávamos, no entanto, convencidos de que os grandes abalos políticos e culturais do Ocidente – a Renascença, as Reformas, as Revoluções – estavam indiscutivelmente ligadas ao crescimento brutal da circulação dos textos e ao transbordamento das fronteiras sociais nas quais as culturas letradas se viam muitas vezes encerradas. Contudo, nós não compreendíamos claramente como isso se produzia.

No final da década de 70, no entanto, tem-se um conjunto impressionante de pesquisas sobre a história da alfabetização em diferentes regiões que tinham em comum somente o fato de dispor de coleções de registros de atas assinadas (paroquiais, cartoriais, processuais), materiais de base dessas investigações organizadas em série histórica³. Tínhamos uma visão clara dos grandes contrastes geográficos, sociais ou cronológicos que davam conta das principais tendências de aculturação pela escritura em numerosas partes do globo. A história das principais instituições de alfabetização, em especial as Igrejas, Estados ou diferentes tipos de comunidades, eram mais e mais conhecidas, particularmente na época das Reformas ou quando, no século XIX, numerosos estados-nação se apropriaram de dispositivos de educação. A história do livro já apontava os processos de reorganização da produção da imprensa quando os editores partiram para a conquista de públicos mais vastos com novos produtos, na época do livro de colportage ou no momento da industrialização do procedimento gráfico. Ora, precisamente, todos esses trabalhos desembocaram na constatação de que dinâmicas sociais que possibilitavam o “ povo ” a ler eram cada vez mais ligadas aos processos antagônicos que instalavam a escritura no interior dos dispositivos de controle destinados a limitar seus efeitos (censura, enquadramento religioso ou escolar do livro, etc.). Nesse mesmo período, tanto a Sociologia como a Psicologia nos conduziram para a compreensão confortável da eficácia das competências socialmente herdadas e a fragilidade das adquiridas mais recentemente⁴. Deixando-nos ainda menos capazes para dar conta das improváveis aprendizagens desses trãsfugas sociais da leitura.

Para tentar esclarecer essa dificuldade, havia utilizado a marcante reedição, por Jean Marie Goulemot, das *Memórias*⁵ de um dos autodidatas emblemáticos do Iluminismo, Valentin Jamerey-Duval. Desejava-se esclarecer o que se passava durante o percurso singular que conduziu este último desde o universo da oralidade àquele da escritura⁶. Apostava-se que o pequeno camponês caído na marginalidade na seqüência de uma fuga e que tivesse morrido bastante idoso, tendo sido eminente numismático e bibliotecário de um príncipe, poderia, no alvorecer de uma vida consagrada aos livros achar as palavras para nos dizer o que se passava nesses anos de adolescência errante onde ele descobriu como “ fazer falar ” o escrito. Sempre provocado por Roger Chartier, imediatamente prolonguei essa investigação – para o terceiro volume da *Histoire de l'édition française* – rumo aos autodidatas operários e camponeses do século XIX, que também haviam, embora em muito maior número, tomado a caneta para testemunhar a excepcionalidade de seus destinos⁷. Foi neste segundo trabalho que propus designar esses trãsfugas não como leitores “populares”, mas como “novos leitores”⁸, os definindo-os como aqueles que, em seu grupo social de referência (família, estado, profissão, bairro, cidade, etc.), entraram primeiro na cultura escrita sem ter herdado as ferramentas mentais ou capital cultural que habitualmente permitem sua utilização. Trata-se de sair do círculo no qual estávamos até então encerrados. Pretendia examinar o processo de ruptura cultural que caracterizava esses

aventureiros da escritura, do ponto de vista deles, e o grau de ilusão que poderia atingir a representação que eles construíram depois de atingidos pela leitura.

Vinte anos mais tarde, a história da leitura (ou mais amplamente das práticas de leitura) tornou-se um dos campos de pesquisa mais fecundos das ciências sociais e das ciências do homem. É hora de refazer o caminho que conduziu muitos entre nós a melhor compreendê-la porque focalizar o olhar sobre as zonas de fronteiras onde as práticas culturais criam, ao mesmo tempo, a exclusão e a partilha, o semelhante e o diferente, o estável e o movimento. É um exercício delicado, mas, certamente, necessário.

História do ler ou história dos livros ? A problemática da leitura: da “ psicologia histórica ” à “ história das mentalidades ”

Em 1953, à solicitação reiterada de Henri Berr, Lucien Febvre escreve, enfim, o programa do tomo 49 de sua imensa coleção editorial, A Evolução da Humanidade. A encomenda foi passada em 1930 para uma *História do livro*⁹ que era sempre postergada. O volume consagrado ao aparecimento da tipografia deveria fechar a segunda seção (Origens do cristianismo e da Idade Média) e fazer a transição para a terceira (O mundo moderno). Febvre, nessa época, não dispõe mais do tempo necessário para um tal empreendimento. Ele se contenta em lançar um plano sobre o papel, de encontrar um título, *L'Apparition du livre*, e de confiar a execução à um jovem *arquivista*¹⁰, Henri-Jean Martin¹¹, não sem antes precisar o que esperava dele. Não se trata nem de fazer uma história da impressão nem uma história dos livros impressos, mas, mais humildemente, de compreender como esta invenção técnica inscreveu-se em “ um conjunto de poderosas transformações” e “ desempenhou a sua parte ”¹²: transformações no curso da civilização é certo, mas também ruptura na maneira de pensar dos homens. Lucien Febvre fazia parte dos historiadores que procuravam nas grandes falhas da temporalidade, nos abalos estruturais dos sistemas, “esses períodos de criação e de transformação que conhecem todas as civilizações suscetíveis de durar ”¹³. Ele também fazia parte dos historiadores que pensavam que os objetos técnicos, pelo menos tanto quanto as obras, dão conta dessas mutações maiores, para que ao menos seja encontrada a maneira como suas práticas foram inventadas¹⁴. Esses homens e essas mulheres da Renascença – Lutero, Rabelais, Marguerite de Navarre – aparecem-lhe inscritos no coração de um espaço cultural inédito, do qual eram ao mesmo tempo, os demiurgos e os usuários. Escrever, ler, ou mesmo falar, confundiam-se em uma mesma história, na qual vestígios continuavam a ser legíveis, quatro séculos mais tarde, à quem os souber decifrar, na complexidade ou contradições dos escritos desses leitores-escritores que inventaram, isto é, pensaram um mundo novo. O livro tinha se tornado o depositário de um gesto psíquico desaparecido, aquele da intelectualização que fazia quebrar em todo o Ocidente a couraça medieval. Lucien Febvre tinha descoberto que o historiador podia reconstruir as revoluções mentais do passado – graça à essa “ psicologia histórica” que ele chamou de suas

promessas – como ele já reconstruía as revoluções políticas. Henri-Jean Martin recoloca maravilhosamente o programa. Lucien Febvre o deixa amarrado ao projeto, não sem controlar atentamente os capítulos manuscritos que recebia. Ele morre em 1956 sem ter tido tempo de ver o trabalho terminado. A obra aparece dois anos mais tarde. Apóia-se sobre os materiais que Henri-Jean Martin descobriu na *Réserve des imprimés da Bibliothèque Nationale* e que contribuiu para tornar acessíveis: o fundo Renouard, o catálogo das impressões parisienses do século XVI etc. O livro rompe com a tradição erudita dos colecionadores para inscrever o mundo da tipografia na história social de seu tempo¹⁵. Há apenas um único capítulo completo pela mão de Henri-Jean Martin, ” Le livre, ce ferment ”, no qual o autor explora o papel da tipografia no desenvolvimento do Humanismo, das literaturas nacionais e da Reforma. O autor nos conduz assim ao limiar de uma história dos leitores sem, no entanto, perder o passo. Ele permaneceu sobre a vertente de um estudo da oferta de leituras, pelo lado dos gráficos e livreiros, eventualmente dos *colporteurs*. Ele não quis entrar nem nos procedimentos de elaboração dos textos, nem nos comportamentos dos leitores. Ele fundou a história do livro, não a história da escrita ou a da leitura. Não se sabia ainda que esse rigor faria de seu trabalho a base fecunda das pesquisas futuras.

Durante o mesmo ano de 1953, Lucien Febvre se dirigiu a outro jovem historiador, Robert Mandrou, para passar um outro comando, sempre no quadro da interminável coleção tão cara à Henri Berr¹⁶. Este último, jovem professor no liceu de Clermont-Ferrand, redigia já para os *Annales*. Escrevia um volume sobre *La Vie économique et les transformations sociales au XVIIe siècle*. Interessavam-lhe os processos de magia e sua desapareição, esperando ali ler uma transformação das mentalidades à qual ele procurava interessar, sem sucesso, o autor dos *Problèmes de l'Incroyance*. Pouco tempo depois, Mandrou aceita o secretariado dos *Annales* e troca, assim, a província por Paris. Aproxima-se de Armand Colin para escrever com Georges Duby uma *Histoire de la civilisation française* em dois volumes. Febvre sustenta o projeto e aconselha ao jovem. É nessa ocasião que Robert Mandrou ensaia, por seu lado, uma história psicológica, que seu irmão mais velho havia aberto o caminho. Quando Lucien Febvre morre em 1956, sua mulher, Suzanne Febvre, confia ao secretário dos *Annales* a pesada tarefa de colocar em ordem os arquivos do mestre. Os dois ali descobrem as notas muito avançadas de uma *Introduction au XVIe siècle* e de *Pensée d'Occident*, também destinadas à *Évolution de l'Humanité*. Mandrou pega as fichas e se aplica à tarefa. A obra sai em 1961. Com título *Introduction à la France moderne 1500-1640* e subtítulo *Essai de psychologie historique*. Contrariamente a Henri-Jean Martin, que alimentou o projeto de Lucien Febvre na estrita perspectiva do programa dos *Annales* – uma história econômica e social da civilização do livro – Robert Mandrou se orienta em direção a uma história do instrumental mental dos homens da Renascença¹⁷. Nasce a história das mentalidades. Nessa mesma ocasião nasce também uma história da leitura que, pela primeira vez, talvez, aparece dissociada da história do trabalho intelectual de homens e mulheres do passado a

respeito da qual Lucien Febvre marcou a distância que os separava de nossas próprias maneiras de ler, de escrever, de compreender e de pensar. Na realidade, se a terceira parte estava destinada a reunir os traços característicos do intelectual humanista já evocados por Febvre em seus grandes retratos de Luther, Rabelais ou Marguerite de Navarre, a primeira parte (“Mesures des hommes”) termina com dois capítulos intitulados, respectivamente *L’homme psychique: sens, sensations, émotions, passions* e *L’homme psychique: outillage mental et attitudes fondamentales*¹⁸. É, curiosamente, no primeiro livro que Mandrou dá uma dimensão histórica a esse ato maior da vida intelectual que poucos pesquisadores até ali haviam imaginado, próximo daquilo que nós praticamos hoje. Encontra-se o mais perto possível da sensação do que ele construiu como a primeira imagem disso que pode ser um ato de leitura diferente do nosso, um ato de leitura assumido por homens ou mulheres que se imaginam ainda plenamente imersos na oralidade. Capítulo estranho quando se lê com o recuo de que nós dispomos hoje, capítulo premonitório dos debates que viriam, capítulo que convém examinar com toda a atenção.

Depois de fixar as características fisiológicas do homem moderno (cap. I e II), Mandrou quer ter acesso ao homem psíquico e percebe a dificuldade que o espera: “Tomar a medida do psíquico não é mais fácil do que a medida física e isto se dá por múltiplas razões. A principal delas é que se trata de entrar aqui em um mundo confuso, e que não se pode tornar claro pelo excesso; separar o afetivo do intelectual, conforme os melhores métodos de nossos filósofos é uma tentação contra a qual ele quer lutar. Para os contemporâneos de Ronsard e de Malherbe, a distinção não se impõe – e seria perigoso impô-la: a menor sensação de que nós gostaríamos objetiva – cor de uma flor, aspecto de um móvel – tem uma tonalidade afetiva”¹⁹ Tem-se, então, um método prudente: “A única tentativa lícita nesse domínio é – sempre sublinhada essa fusão do afetivo e intelectual até Descartes, senão além dele – de proceder do simples ao complexo: as sensações das atitudes mentais enviadas pelas abstrações da linguagem e do livro, lenta exploração de uma ferramenta mental difícil de encerrar nesse período movimentado que se renova em uma larga medida”²⁰. Como ter acesso a esse repertório das sensibilidades dos homens do século XVI? Mandrou apenas teve à sua disposição um tipo de material que não buscará nos diaristas ou epistolares, bastante convocados em sua obra, mas nos especialistas em sensibilidade que são, aos seus olhos, os poetas. Seus excessos se tornam seus guias. Eles lhe permitem em primeiro lugar estabelecer uma hierarquia dos usos que esses homens ou mulheres fazem de seus sentidos: ao ler Du Bellay ou Ronsard, o olhar e o tocar (e talvez mesmo o odor e o gosto) não foram ainda destronados pela visão. O universo das imagens dos escritores da Pléiade é aquele dos murmúrios e dos ruídos, das formas com as quais se acarícia, dos saberes dos quais se gosta, dos odores que se aspira. Mandrou sente bem o paradoxo que consiste em desclassificar a vista em um século que conheceu a invenção da perspectiva, da luneta astronômica e do microscópio, mas ele se convence de que a distância histórica entre o homem moderno e homem contemporâneo deve ser procurada para começar esta confusão das sensações e dos afetos dos quais o olhar não tinha ainda aprendido a ter à distância.

É nesse momento de sua demonstração que o exemplo da leitura é convocado. Isso não só dá, como era esperado, para marcar a diferença social e cultural entre o mundo das letras e aquele do homem comum que ainda não voltou seu olhar a serviço dos livros. Muito pelo contrário, foi para desqualificar a leitura de todos os homens do século XVI, dos homens que ainda não tinham aprendido a separar a oralidade da escritura, que não tinham ainda aprendido a se desprender da palavra viva:

“Naquele tempo, a Época Moderna prolonga um caráter essencial da civilização medieval; não sem um certo paradoxo, porque a impressão em incessante progressão exprime aparentemente a favor do crescimento da leitura: mas em todos os meios sociais, ela se faz ainda à alta e inteligível voz; ela é, por sua vez, leitura e audição. A informação fica principalmente auditiva: mesmo os grandes deste mundo escutam mais do que lêem; eles são cercados de conselheiros que falam, que lhes fornecem seu saber pelos ouvidos, que lêem antes de tudo. Nas assembléias de administradores, os conselheiros dos reis e dos príncipes têm muito naturalmente e frequentemente o título de auditores; e na vigília, nas humildes choupanas camponesas é ainda o relato que nutre o pensamento e as imaginações. Enfim, mesmo aqueles que lêem, voluntários, humanistas, são também acostumados a fazê-lo em público – e ouvindo seu texto”²¹.

Mandrou lembra a lição da Igreja para explicar essa fixação no barulho das palavras. O *Concílio de Trento* confirmou que a autoridade dos textos sagrados se funda sobre a palavra e não sobre a escritura²². E Lutero, ele mesmo, embora sem um único escrito *sola scriptum*, havia escrito em seu comentário da *Epístola aos Hebreus* que a única obra digna de um cristão era “Auditum verbi Dei, id est fides” (a audição do verbo de Deus, quer dizer a fé) e ele acrescenta: “Ideo solae aures sunt organa Christiani hominis” (Assim seus ouvidos são os órgãos dos Cristãos). No século XVI, a necessidade de ler em voz alta, não se separa então, dos grupos sociais ainda atrasados sem a conquista da escritura, ela inscreve o homem moderno dentro de um regime de comunicação e de verificação que passa sempre pela voz. De fato, Mandrou não tem, no momento em que escreve, os meios de confirmar ou de inferir sua análise. Ele parece não ter lido um dos raros textos que poderia lhe permitir discutir seu propósito opondo o leitor da Idade Média ao leitor da Idade Moderna.²³ Todavia, ele aponta as pesquisas a serem feitas: é ao lado das modalidades da inculcação dessa ferramenta mental que é o saber ler que se pode ter uma possibilidade de compreender como o homem do século XVI aprendeu a ler e, então, como ele lê. Se a *Ratio Studiorum* jesuíta é pouco prolixa²⁴, os outros textos também o são e não foram ainda relidos²⁵. De fato, os materiais privilegiados – os livros da razão e os textos saídos da loja do impressor – o deixam ainda sobre as margens do que ele busca, mas sabe que é na fronteira do oral e do escrito onde tudo se processa.

No entanto, desde a redação de *l'Introduction à la France moderne*, Robert Mandrou dispõe de uma pista a qual sabe ser necessário revisitá-la. É aquela dos almanaques publicados em *Troyes* nos quais ele leu os preceitos da moral popular e as prescrições da vida rural.²⁶ Trata-se de um dos raros materiais que

escapam ao mundo letrado do qual são procedentes a maior parte das fontes que ele utilizou²⁷. Ele entrevê que a impressão não está destinada só ao humanista e que a vigília não pode somente ser dedicada à oralidade. Porque considera, como Mandrou depois de Febvre, que o livro pode introduzir a “ psicologia ” de seu leitor, o almanaque permite uma dupla distinção: ele evoca o mundo que não é aquele das letras, ele se endereça aos leitores que não sabem se servir dos livros. É evidente que é para esse lado que Mandrou vai prosseguir sua investigação. Para Lucien Febvre, os “ homens ” do século XVI são todos naturalmente letrados; os problemas que eles se põem – crer, não crer – são problemas de letrados. Desde *l’Introduction*, mesmo se ele não dispõe ainda de fontes as quais lhe permitiriam ter acesso, é um outro mundo que atrai Mandrou, um mundo feito de homens e de mulheres sem qualidades específicas. Mas como ter acesso ao psiquismo dos que não lêem e nem escrevem, quando, para todo material o historiador possui apenas os escritos, que eles sejam manuscritos ou impressos? A “Bibliothèque bleue” dos editores de Troyes do século XVI e do século XVII lhe dão o que faltava.

*De la Culture populaire aux 17^e et 18^e siècles*²⁸ sai nas livrarias em 1964, três anos depois de *l’Introduction*. Robert Mandrou percorre a coleção de livretos de colportage conservados na biblioteca municipal de Troyes²⁹. Ele elabora duas hipóteses sobre o uso que pode ser feito desses materiais: por um lado, esses opúsculos teriam sido difundidos tanto nas cidades quanto no campo, mas neste último eles seriam o único escrito suscetível de ser lido ou entendido enquanto que nas primeiras estariam em concorrência com outras “informações” escritas (gazetas, cartazes, panfletos...) ou orais (predicações freqüentes, conversações de rua, rumores...); por outro lado, nesse isolamento rural, teria havido um “consenso” entre a oferta e a demanda. Este consenso permitiria ao historiador de ler nos livros *blues* “um nível cultural ou ainda um conteúdo de mentalidade”³⁰ dos meios populares rurais da idade moderna, dado que os editores de Troyes produzem estes opúsculos ao seu próprio uso. Da ferramenta mental cara a Lucien Febvre, Mandrou passou, então, aos “conteúdos de mentalidades”. Isto significa que onde o primeiro procurava as maneiras de sentir, de pensar ou de agir (nós diremos hoje das “práticas”), o segundo persegue representações mentais coletivas. É verdade – e talvez, lá no fundo do debate – que, de um ao outro, nós mudamos de espaço social: os livros nos iluminavam sobre as práticas das elites, eles apenas nos reenviavam às representações do povo.

Mandrou classifica o importante corpus que ele encontra nas estantes da biblioteca municipal de Troyes, segundo as categorias bibliográficas que enviavam cada uma um gosto suposto de seus leitores e que caracterizavam um traço de mentalidade: “a mitologia e as maravilhas pagãs dos romances e dos contos de fadas, contos de lobo, contos suspeitos e bleus que deram seu nome ao conjunto; os tratados, os calendários e almanaques consagrados ao conhecimento do mundo; os livros de orações definem a fé, relatam a vida dos santos, dão instruções da prática, seja no domínio especificamente religioso; em seguida

os romances, farsas, canções profanas, tolas, relatos de amor e de morte que exprimem quase que exclusivamente os traços da afetividade; nos últimos grupos, as representações da sociedade, trabalhos, jogos, educação e mitologia histórica”³¹. Ele extrai os julgamentos sobre o mundo psíquico ou social, sobre as instituições, religiosas ou políticas. Ele aponta os esquecimentos ou, ao contrário, as insistências. Ele desenha um repertório das representações que se exprimem nessa literatura e decide que elas dão conta de uma “cultura popular”, de um mundo rural do qual elas são aos seus olhos destinadas.³²

Sobre as relações do escrito colocadas em cena e estes materiais, eles nos dizem poucas coisa. Os preceitos de alguns “secretários”, quer dizer, de alguns recolhimentos de modelos de cartas, fornecem uma indicação: é necessário ler. Mas encontraria-se facilmente, e ele o sabia, a notação oposta: ler é perigoso. Com efeito, na obra de Mandrou a leitura não é evocada como representação, ela é o princípio mesmo da demonstração. Houve, dos séculos XVII ao XVIII, uma dupla rede de fabricação e venda de livros (de um lado, os impressores parisienses ou aqueles das grandes cidades comerciais e os livreiros instalados junto àqueles, de outro, impressores da França do Leste e os colporteurs do outro). Cada uma dessas redes produziu e difundiu os livros que se contrastavam com os registros dos notários, que os registravam nos seus inventários, se eles assinalassem com cuidado os primeiros, não faziam caso de evocar os segundos por considerá-los sem nenhum valor comercial. Os livros que se encontravam nas bibliotecas dos humanistas permitiram a Lucien Febvre de “compreender” as maneiras de sentir, de pensar, de julgar daqueles que os liam. Os livros que circulam nas bolsas dos colporteurs devem permitir “compreender” as maneiras de sentir, de pensar, de julgar daqueles que os compram e os lêem.

O livro de Mandrou, como aquele de Geneviève Bollème que saiu em 1969³³, foram ferozmente criticados pelos jovens pesquisadores, que, na loucura de 1968, estavam tentando constituir uma nova geração de especialistas da história cultural. Na reedição de 1975, Mandrou o diz com amargura e tenta contestar tais críticas. Dois textos marcaram o debate: uma recensão da obra de G. Bollème (*Almanachs populaires au XVIIe et XVIIIe siècles*) encomendado a Roger Chartier para a *Revue Historique*³⁴, um artigo de Michel de Certeau, Dominique Julia e Jacques Revel aparecido em *Politique aujourd’hui*³⁵. Nos dois casos, o afrontamento se fez sobre o conceito de “popular” e sobre a legitimidade de atribuir essa característica à produção dos editores de Troyes. Para Chartier, nada prova que os livros bleus não teriam sido fabricados por uma clientela urbana e letrada. Ele fornece alguns exemplos. Para Certeau e seus colegas, a categoria de “popular” nasce junto a um produto editorial e uma construção elaborada no século XIX dentro de um duplo movimento de desqualificação desses objetos e reelaboração de seu estatuto: aqueles mesmos que os desclassificam os constituem em objetos de coleção, colocam-nos no museu e constituem o saber bibliográfico que os concernem. A *Bibliothèque bleue*³⁶ é um produto da paixão folclorista da idade romântica. Ela talvez não tenha existido como tal nas representações de seus primeiros

leitores. O “consenso” que funde a demonstração de Mandrou é uma figura tardia e certamente falsa de edição de colportage para a idade moderna. Onde Febvre havia encontrado êxito sem dificuldade, Mandrou fracassa. Se o historiador chega a colocar à distância as maneiras de ler do letrado do século XVI, é precisamente porque esse último trabalha na circularidade da leitura e da escritura. O intelectual da Renascença lê como escreve e ele escreve como lê. De fato, como se surpreende Mandrou na *l'Introduction à la France moderne*, ele lê e escreve como fala. A escritura é uma conversação continuada entre alguns parceiros que se conhecem, que trabalham em referência ao mesmo universo de leituras e de conversação orais ou escritas, que modificam seus textos sem cessar porque eles permanecem vivos dentro da dinâmica intelectual que contribui para a sua própria existência. Pode-se ter essa noção no magnífico primeiro capítulo do *Rabelais* de Lucien Febvre. Ele evoca o ego, através dos olhos monstruosos dos poetas do século XVI que, ao longo de todos os seus versos, não cessam de falar deles mesmos e de seus amigos, em um estranho sistema de trocas exageradas e de críticas ferrenhas. Esse não é somente um traço moral da mentalidade, é também uma característica retórica de um gênero, a sátira, que se caracteriza pela ancoragem na atualidade mais imediata cujo equivalente contemporâneo seria – menos a poesia – a crônica mundana de certos semanários. Nos anos de 1970, Michael Screech³⁷, retomando as edições de Erasmo, de Montaigne ou de Rabelais, lembra que as modalidades de fabricação dos livros do século XVI (tiragens de 500 a 1000 exemplares, a possibilidade de modificar o texto no curso da impressão) levam a fazer de uma edição, ou mesmo de uma tiragem, folhetos de textos superpostos que tendem a reagir aos rumores, aos debates, às conversações que, incessantemente, cercam a vida dos livros. Nesse sentido, os livros trazem o vestígio evidente da maneira como eles são lidos e comentados. Na maior parte dos casos, eles não são outra coisa que as conseqüências destas leituras.

O mesmo não ocorre, evidentemente da mesma maneira, quando o livro é destinado a um público que não escreve e, às vezes, não lê. A circularidade do falar, do ler e do escrever parece rompida. O impresso escapa ao círculo íntimo dos parceiros destas conservações continuadas por penetrar sobre terras onde o estatuto se transforma. Ele não é mais um instrumento entre outros da vida intelectual. Oferecendo-se a leitores que Mandrou designa de “populares”, precisamente para significar que eles não são letrados, o escrito é certamente menos apto a revelar a maneira com a qual ela é apropriada. A história da leitura, que não é apenas a leitura, dessa leitura dissimétrica de um leitor que nunca escreverá jamais um livro, deve ainda ser inventada. Para tanto, há necessidade de outras fontes.

Na fronteira de duas culturas: os leitores improváveis em contato com as culturas letradas

Na verdade, é noutro lugar, em outros contextos intelectuais, que a história da leitura “popular”, busca suas bases na Itália, graças a Carlo Ginzburg. Ele se lançou a partir de sua tese de doutorado numa

empresa de longo tempo: tentar reencontrar os vestígios de culturas não escritas que não chegaram a nós por terem sido objeto de uma caça obstinada da Inquisição. Como se vê, ele não está muito longe do Mandrou das bruxas... Onde o último tenta compreender o fim de uma lógica (aquela dos processos em bruxaria), o primeiro tenta reencontrar os vestígios ainda na obra dessas sociedades rurais da Europa do século XVI. Ele persegue as primeiras manifestações de uma cultura na qual a ação dos homens é comandada pelas representações exteriores que escapam às racionalidades letradas de seu tempo³⁸. Em Frioul, nos últimos anos do século XVI, curiosos indivíduos que se fazem chamar de *benandanti* preocupam a Inquisição porque eles dizem manter relações com o diabo e seus demônios, mas, contrariamente aos feiticeiros, somente para os combater. De fato, como o demonstra Ginzburg, eles fazem perdurar na Renascença os rituais de fecundidade agrária que poderiam vir dos estratos mais antigos da cultura rural europeia. O único problema é que, confrontados com a tarefa de os verbalizar, seja para falar no âmbito de suas próprias sociabilidades de aldeia, seja para se abrir diante dos doutores da Inquisição que os interrogam, eles habilitam suas práticas de palavras, de proposições de figuras retóricas que caracterizam os debates nos quais os confrontam com as controvérsias religiosas de seu tempo. Estas entidades pré-cristãs com as quais Ginzburg trabalha vêm diretamente do chamanismo encontrando-se apenas, por assim dizer, na linguagem da igreja. A aposta do historiador é, nesta etapa de sua pesquisa, de reencontrar os vestígios de uma oralidade desaparecida nos curiosos diálogos que os inquisidores bardos da teologia livresca mantêm com os camponeses analfabetos e incultos.³⁹ Ele pensa poder alcançá-la se instalando nas discordâncias culturais que os escrivãos registraram, na sua ignorância, nas minutas dos processos. Como se vê, contrariamente a Mandrou ou Bollème, ele não está jogando a cartada da homologia – entre mentalidade popular e produção editorial destinada ao povo não letrado – mas na da diferença. É verdade que pesquisou suas fontes nos arquivos e não nas bibliotecas, no registro jurídico do conflito cultural, e não nas relações entre a oferta e a procura de bens culturais. Pretende que, contrariamente àqueles que apoiaram demasiado rapidamente os jovens pesquisadores franceses dos anos de 1970, os mesmos que atacaram Mandrou, a categoria do popular não é inacessível ao historiador. Certamente, o trabalho da escrita, sabiamente guardou os vestígios do momento em que participou de sua erradicação, assim deformando a memória. No entanto, ela também conservou certos aspectos em suas próprias tentativas interpretativas.

Foi nos mesmos arquivos⁴⁰ que Carlo Ginzburg descobriu um documento que constituirá um momento decisivo de sua obra e da história cultural⁴¹. Desta vez, o processo se refere a um moleiro. Ele, também, de Frioul. Um certo Domenico Scandella dito Menocchio, que morreu queimado vivo sobre a ordem do Santo-Ofício, depois de muitos processos que o acompanharam, inclusive, nos últimos minutos nas próprias mãos do condenado. É que, neste caso, o testemunho sabia ler e mesmo escrever. E, portanto, diz-nos Ginzburg, por muitos desses aspectos considerados, que ele manteve diante de seus juízes ou que contaram os

testemunhos, ele pertence à “camada ainda insondada de crenças populares e de obscuras mitologias campestres”⁴² que fascina o historiador italiano desde os seus primeiros trabalhos. Como na obra precedente, Ginzburg se instalou sobre a fronteira da incomunicabilidade que separa o réu de seus juizes. Em alternância entre perguntas e respostas, ele persegue, ao mesmo tempo, a incapacidade dos teólogos de compreender além de suas categorias pré-estabelecidas os propósitos que chegam aos seus ouvidos e os esforços do moleiro – “ De graça, escute-me Senhor⁴³ ” – para lhe dizer este que ele crê⁴⁴ nas palavras que, incessantemente, deslizam de uma parte à outra da linha divisória entre uma e outra cultura . Isto que pára os juizes e os lança dentro do maior embaraço, é que os propósitos deste moleiro que não parece ter recebido nenhuma educação formal, por um lado, não estão desordenados mas, por outro, não pertencem a nenhuma das doutrinas heréticas que eles poderiam reconhecer. De onde vem a cosmogonia coerente a partir da qual ele reelabora as Escrituras de maneira assim estranha e perigosa? Após ter tentado fazer-lhe dar os nomes das pessoas de maior qualidade que teriam podido influenciá-lo e após se defrontar com recusas imprudentes⁴⁵, os juizes se rendem progressivamente à evidência: Menocchio parece ser um autodidata que, tendo aprendido a ler, apropriou-se das obras impressas e, crendo compreendê-las, tira “idéias” que, numa espécie de orgulho desmedido, ele as toma por verdades. A lógica dos juizes, portanto, consiste em reencontrar os circuitos de circulação dessas obras compradas, emprestadas ou encontradas das quais, algumas, procedentes do Index não deveriam mais passar de mão em mão. A lógica dos historiadores ao reler os testemunhos quatro séculos mais tarde consiste em compreender qual foi a leitura de Menocchio, em que medida ela difere daquela dos doutores formados na Universidade que são o oposto dele, e em que medida ele afirma ter sido o único responsável pelas idéias que nasceram em sua cabeça.

Em relação à pesquisa sobre os andarilhos, o exame dos arquivos relativos a Menocchio conduz Ginzburg a um certo número de avanços. Certamente, ele retoma o mesmo tema – as palavras do moleiro se inscrevem no ponto de contato entre duas culturas mais ou menos irreduzíveis⁴⁶ – mas ele acrescenta à esta constatação um modelo que parece poder dar conta do fenômeno no duplo registro de uma história política e de uma história religiosa. Se Domenico Scandella deixa “aflorar” em seus discursos esta “camada cultural profunda, tão incomum que parece incompreensível⁴⁷”, é, explica-nos ele, porque dois acontecimentos consideráveis acabam de se produzir: a Reforma e a difusão da tipografia. O primeiro permitiu às pessoas simples, assim como um moleiro de “pensar em tomar a palavra” contra o poder religioso estabelecido, o segundo deu-lhe as “palavras” para o fazer. Na falta de uma história da leitura, Ginzburg propõe uma *proto-história* de seus usos neste leitor singular que é Menocchio. A cultura arcaica indizível “que borbulhava nele ” vai emprestar à linguagem dos livros que leu para encontrar dizendo: “Nas frases ou em pedaços de frases arrancados dos livros, ele encontrou os documentos para formular e defender as suas idéias durante

anos, primeiro frente aos habitantes de sua aldeia, em seguida contra os juízes armados de doutrina e de poder”⁴⁸.

Propriamente falando, para Ginzburg Menocchio não é ainda um leitor no sentido de não estar verdadeiramente inscrito na cultura escrita que ele só frequenta por arrombamento. Ele continua ancorado no universo das culturas orais ou, pelo menos, o historiador precisa de que assim o seja para assegurar a validade de sua tese inicial e fazer do moleiro o mediador de sua procura de um mundo cuja memória se apagou e ficou inacessível. Contudo, das suas incursões nos livros impressos que caíram entre as suas mãos, Menocchio reteve pedaços heteróclitos que perderam seu significado primeiro, mas, permaneceram à sua disposição como instrumentos linguísticos e retóricos dos discursos inconcebíveis que ele tenta construir. Ginzburg insiste sobre o misto estilístico das palavras do moleiro: nas suas estranhas construções cosmogônicas que tiram de Deus a responsabilidade da criação do Mundo, ele utiliza as palavras da experiência cotidiana (queijo, vermes) ao lado da teologia livresca (substância, vontade, intelecto, memória)⁴⁹. As figuras dos seus discursos brincam também sobre este duplo registro e Ginzburg considera reconhecer na narrativa de Menocchio do nascimento dos anjos ("os anjos foram produzidos pela natureza a partir da mais perfeita substância do mundo como os vermes são produzidos a partir do queijo") um eco direto da *Divina Comédia* ("os vermes nascidos para formar essas borboletas do céu", Purgatório, X, 124-125). No entanto, no entender de Ginzburg, se a imagem do poeta conduz a nossa imaginação ao sublime, o moleiro utiliza esses mesmos materiais para exprimir uma visão qualquer "materialista" da origem do mundo: aquela da geração espontânea que compartilham com ele todos os cientistas do século, mas que, na sua experiência cotidiana, é perfeitamente ilustrada pelo aparecimento dos vermes no queijo⁵⁰. De uma certa maneira, as antigas cosmogonias dos chamãs da Europa continental foram reagrupadas, graças a Menocchio, às concepções pré-científicas da Renascença para questionar o relato da Gênese e inquietar seriamente a Inquisição.

Uma ambigüidade permanece na análise de Ginzburg: este que está jogando no misto diz respeito às representações do mundo reelaboradas por Menocchio a partir da sua dupla cultura ou dos inábeis usos retóricos delas? O historiador é tentado alternadamente por um ou outro destes rumos, em especial quando se aproxima da idéia segundo a qual uma das chaves de interpretação dos estranhos discursos do moleiro residiria no seu uso ingênuo excessivo da analogia (imagens, metáforas, sinédoques, metonímias, etc...) onde se misturam, sem cessar, o humilde (evocação da vida cotidiana) e o sublime (as figuras canônicas da cultura clássica). Ele reencontra aí a admiração dos pais da Igreja, formados pelos melhores mestres da Antiguidade latina perante as estranhas fórmulas dos Evangelhos e das Epístolas que, aos seus olhos, emprestam em baixo estilo (aquele que utiliza as representações da vida cotidiana das pessoas do povo habitualmente reservadas na língua literária latina à comédia) para evocar os mais sublimes mistérios⁵¹.

Seria necessário ver nas reações de Menocchio um exemplo, entre outros, das grandes mudanças que afetam o discurso quando este escapa aos que até então dispusessem do poder absoluto de estabelecer as regras antes que inventassem novos usos à sua volta de outras regras e outras normas? Portanto, a questão que se coloca é a de saber se o moleiro de Frioul permanece uma singular exceção, um homem do mais remoto passado que entrou por acaso nas formas canônicas da cultura letrada ou se pode ser considerado como a vanguarda de uma nova cultura que, no fim do século XVI, prefiguraria uma apropriação dos usos da leitura e da escrita por novos estratos sociais que inventam novas maneiras de sentir e pensar.

Menocchio, com efeito, só tem êxito para transmitir o que acontece ao seu redor. Como o observam os juizes que, aliás, têm-no deixado de lado, não parece ter tido êxito para convencer seus iguais. Há lá uma dupla dificuldade. Aqueles que a escrita não foi ainda tocada, se deveria poder reencontrar a maneira mais nativa como o fez Menocchio, esses eflorescentes das culturas antigas que Ginzburg persegue. As palavras extraídas dos livros, por assim dizer, não teriam a mesma força quando elas chegam ao cérebro dos que não sabem ler? Menocchio só poderia ser, ele, mediador dos seus pensamentos na direção daqueles que, precisamente, não o compreendem porque estão, eles mesmos, totalmente dentro da cultura escrita? De qual lado da fronteira ele se situa?

Numa passagem um pouco grandiloqüente⁵², o historiador faz do moleiro a encarnação singular de uma revolução que nós não lemos, geralmente, apenas na escala das civilizações: aquela que conduz a humanidade de uma linguagem ainda ancorada na corporeidade para essa *cosa mentale* que se torna a linguagem levada pela escrita. Fazendo-o, ele revela o modelo antropológico que lhe serviu de trampolim. É o da "grande divisão" que Jack Goody desenvolve desde o início dos anos de 1960 contra Claude Lévi-Strauss: a irredutibilidade das culturas orais às culturas escritas torna impossível o projeto de descrição estrutural das culturas não escritas⁵³. Passando adiante, Menocchio certamente teria chegado a exprimir o que pôde elaborar com as contradições que o atormentam, mas teria perdido, no mesmo movimento, a possibilidade de se comunicar com os que permaneceram do outro lado do mundo no qual se aventurou. Leitor inábil perdido nos caminhos de uma Igreja inquieta e letrada, o canal de comunicação que ele abriu para os seus juizes, antes que para seus pares, podia somente conduzi-lo à sua perda. No final foi condenado à fogueira e a sentença executada no inverno de 1601.

Do ponto de vista da história da leitura, o livro de Ginzburg propõe uma ruptura. Mostra que o historiador pode aceder diretamente às práticas de certos leitores que entraram por arrombamento no mundo da leitura douta antes mesmo que tenha sido necessário inventar ao seu uso literaturas "populares".

O veredicto dos livros: as fronteiras apagadas

Enquanto na Itália Carlo Ginzburg procura nos arquivos formas específicas de leitura não letradas que o conduziriam a reencontrar a parte mais arcaica das culturas campesinas do século XVI, os historiadores franceses não abandonam o debate que tinham aberto a propósito dos trabalhos de Robert Mandrou e Geneviève Bollème sobre a *Bibliothèque bleue*. Não foi nos arquivos, mas no objeto livro que eles continuaram a procurar os vestígios de apropriação. Numa enquete em série sobre as bibliografias de obras publicadas no fim do século XVIII⁵⁴, François Furet coordena uma série de análises sobre os títulos dos textos e tentam definir leitores possíveis para os inúmeros tratados (religiosos, médicos, pedagógicos, etc...) os quais, na produção editorial real, mascaram indubitavelmente os livros que o cânone literário há retido. Henri- Jean Martin faz o mesmo sobre o corpus dos títulos da *Bibliothèque bleue* que ele recolhe, não nas coleções preservadas, mas nos inventários *post-mortem* dos editores de Troyes⁵⁵. Em um movimento oposto ao de François Furet, mas que contribui para sustentar as mesmas conclusões, estende os leitores supostos dos livretos *bleus* para muito além dos meios "populares". A história do livro é ainda fecunda quando se procura penetrar nos usos socialmente contrastados que se pôde fazer dos livros. O projeto de Mandrou não é fundamentalmente invalidado, pelo menos quanto às fontes que seleciona, à condição, contudo, de que se modifique o questionamento dirigido a estes testemunhos das leituras passadas.

Roger Chartier explora estas pistas nos anos de 1980, marcados pela grande empreitada da *l'Histoire de l'édition française* que organiza com Henri-Jean Martin⁵⁶. Na continuidade do projeto inicial deste último, amplia os nossos conhecimentos sobre a circulação dos documentos impressos de grande difusão. Inicialmente⁵⁷, reúne as provas que infirmam a homologia entre produção e usos ao revisitar as fontes habitualmente utilizadas. Os inventários *post-mortem*, os catálogos de bibliotecas privadas dispersos após uma herança podem ser documentos enganosos porque escondem ou dissimulam o que pode ser perigoso (livros proibidos) ou de menor valor (livros de grande circulação): uma biblioteca representada pelo seu catálogo não pode ser confundida com uma biblioteca praticada por seu ou seus leitores. Roger Chartier é levado a denunciar a circularidade que é regularmente estabelecida entre as características sociais de um proprietário de livros e as características textuais dos livros possuídos. Os indicadores sociais - popular/letrado - freqüentemente utilizados em história cultural nos encerram em evidências enganosas. As categorias sociais subalternas são definidas em demasia através da falha em relação às categorias sociais familiares aos historiadores, quer dizer, aos letrados. Ignoram-se as múltiplas circulações que conduzem aos meios menos familiares do escrito ao se apropriar de múltiplos usos, ignora-se a maneira como as elites continuam sendo reunidas nas formas mais coletivas de cultura⁵⁸. Com efeito, o leitor impõe ao livro lido as especificidades de sua leitura. Se o livro entra mais ou menos adequadamente nestas modalidades, continua a ser eminentemente plástico e, diretamente, oferecido a todos aqueles que o encontram em seu caminho. Para uma época onde o documento impresso, mesmo de grande circulação, permanece caro, os editores não têm nenhum interesse em especializar seus produtos em direção dos leitores: qualquer leitor está apto a ser

tomado, seja letrado ou analfabeto. Não se pode confundir impressos de grande circulação e impressos populares. As duas realidades estão longe de serem sobrepostas⁵⁹.

É na caracterização das modalidades da circulação dos livros e livretos que os trabalhos dos anos de 1980 são decisivos. Robert Darnton continua a explorar os arquivos da *Société typographique de Neuchâtel* e descobre nas cartas que os livreiros endereçam ao editor uma ampla coleta de informações sobre os trajetos do livro no século XVIII, que foram autorizados ou interditos. Já familiar nas redes clandestinas de abastecimento dos livreiros urbanos desde Genebra, ele tinha completado a sua pesquisa colocando em dia os circuitos dos livreiros ambulantes⁶⁰ que duplicam aquela dos colporteurs. Se estes últimos circulam a pé carregando seu *balle* sobre as costas e expondo alguns livretos que eles transportam na caixa aberta sobre o seu ventre⁶¹, os primeiros têm charrete e cavalos e seguem de cidade em cidade onde, mais freqüentemente do que desejariam ir, os comerciantes esperavam-lhes para examinar sua abundante mercadoria, renovada sem cessar pelos impressores. Os livros "filosóficos" - ou seja, aqueles que dessacralizam a pessoa da rainha ou do rei inscrevendo-os num contexto pornográfico -, os *romans à clé*⁶², os panfletos, etc. circulam pelas redes dos livreiros ambulantes em grande quantidade e atingem a maior parte dos estratos da sociedade urbana. Os documentos impressos utilitários (almanaques, alfabetos, livretos de devoção, livretos práticos) e opúsculos de divertimento vendidos pelos *colporteurs* tomam emprestado os mesmos caminhos e chegam às mesmas mãos. Desde o século XVI, a livraria não cessou de procurar mercados para suas atividades e de estender a teia de seus distribuidores cada vez, com mais freqüência, atentos ao interesse dos leitores para tal ou tal tipo, tal ou tal autor, tal ou tal relação de um acontecimento⁶³.

Contudo, se a circulação generalizada dos livros caracteriza a conjuntura cultural da Época Moderna, isso não significa que os impressores-livreiros tentam imaginar produtos que se adaptam a um público cada vez mais heterogêneo. Roger Chartier propôs um esclarecimento completamente convincente deste fenômeno dos séculos XVII e XVIII⁶⁴. Comparando as edições de colportage e as edições de livraria dos mesmos textos (neste caso, a literatura de "*gueuserie*"), ele toma a medida das modificações evidentes ou tênues que fazem passar um objeto textual de uma rede à outra. A demonstração é particularmente esclarecedora quando o historiador se refere ao *Buscón de Quevedo*⁶⁵. Com efeito, o romance publicado na Espanha em 1626 é traduzido pela primeira vez em 1633 em Paris pela casa editorial Pierre Billaine com o título de *L'Aventurier Buscon. Histoire facétieuse. Composée en espagnol par Dom Francisco de Quevedo, cavalier espagnol. Ensemble les lettres du chevalier d'Espagne*. O nome do suposto tradutor é revelado e endereçado ao leitor. Trata-se de um senhor de La Geneste⁶⁶ que já havia feito do mesmo Quevedo uma tradução das *Agréables Visions*. O texto será retomado uma dezena de vezes por diferentes editor-livreiros em Paris, em Bruxelas, em Lyon e em Rouen antes de chegar à rede de colportage em 1657 graças ao editor de Troyes, Nicolas II Oudot, que o publica sob o mesmo título proposto por Billaine. A escolha é judiciosa, o título será incluído na *Bibliothèque bleue* até 1840. Para Roger Chartier, as razões deste sucesso são duplas: Quevedo

pertence à veia escatológica da cultura carnavalesca tanto quanto às formas paródicas da literatura burlesca. Nestes dois casos, inscreve-se precisamente nessa cultura coletiva que não conhece fronteiras sociais e circula em todos os meios, letrados ou e não letrados.

No entanto, o texto não passa da rede editorial dos livreiros àqueles de colportage sem modificações. Em primeiro lugar, é fortemente cortado, uma vez que é reduzido de 400 páginas *in-8°* (formato da primeira edição parisiense) para 204 páginas no mesmo formato (formato da primeira edição de Troyes). Ainda é reduzido a 160 páginas na edição Oudot de 1730. Isso, certamente, torna a obra "gorda" para a edição de colportage, que limita freqüentemente as suas ambições em algumas quarenta páginas, mas é notadamente menor que a edição de livraria. Por outro lado, o corte em parágrafos é totalmente transformado: de uma dezena de retornos à linha para um capítulo médio na edição parisiense, passa-se a umas quarenta na edição de Troyes. O fracionamento em pequenas unidades de leitura é tão sistemático que o tipógrafo às vezes operou no meio de uma frase sem se preocupar em reescrevê-la. Por último, os cortes efetuados no texto para reduzi-lo obedecem a uma lógica precisa de autocensura: eliminação do léxico e das cenas escatológicas; supressão da linguagem sexual demasiado crua e redefinição dos personagens (ainda que Quevedo o tivesse inscrito no registro da prostituição); abandono de toda blasfêmia que se refere às situações ou às palavras; supressão dos personagens religiosos previstos pelo autor ou das encenações de sacramentos (extrema-unção, por exemplo). Pouco importa se as amputações tornam o texto dificilmente compreensível. A autocensura prima sobre a qualidade da obra. Como o propõe Chartier, “a reescritura de Troyes do texto de La Geneste-Scarron visa, sobretudo, a preservar o herói do excesso de mácula, censurar qualquer alusão blasfematória, retirar toda crueza sexual ou macabra”.⁶⁷

Quais são as razões dessas transformações? Para Roger Chartier, algumas competem à prudência para quem quer lançar um produto de grande circulação. Os editores de Troyes não podem se defrontar com a reconquista católica então em plena ação. Outros estão simplesmente preocupados com a modernização da língua (Scarron já envelhecido e as audácias de Quevedo não encontram mais leitores tão admirados). O essencial, no entanto não está exposto. Os impressores de Troyes aprenderam a fabricar um produto atrativo situado entre o cômico e o libertino sem, no entanto, ser excessivo. Sobretudo, aprenderam a oferecer a seu leitor um texto recortado em pequenas cenas sucessivas que têm a sua própria unidade, sem grande relação uma com a outra, senão pela continuidade do nome de um herói que perdeu qualquer densidade. O *Buscón* de Troyes não supõe um leitor treinado que dispõe de uma memória eficaz que lhe permite circular no interior de intrigas complexas. Pode ser lido por extratos sucessivos, sem preocupação com a ordem das cenas, a meia-voz ou em voz alta. Pode ser encenado numa leitura coletiva destinada a alegrar seu em torno. Isto faz dele um texto “popular”?

A hipótese de Chartier é outra. O *Buscón* de Oudot ressalta, com efeito, o esforço recorrente dos editores de Troyes para escoar o papel excedente dos moinhos camponeses. Como os outros títulos da *Bibliothèque*

bleue, este deve atender a todos os públicos suscetíveis de comprar livros não somente sobre um território cada vez mais extenso, mas também, dentro de um tempo indefinido⁶⁸. Entre a clientela dos colporteurs, pode-se certamente encontrar redobrados especialistas em leitura⁶⁹, mas se pode encontrar, da mesma forma, leitores fracos, que só sabem apenas ler à meia-voz e, com tanta dificuldade, que seu esforço não pode ser sustentado por longo tempo. Nos séculos XVII e mesmo no século XVIII ainda, estes semi-letrados podem ser mulheres da aristocracia ou da burguesia⁷⁰, de comerciantes ou de artesões locais, de soldados, de empregados⁷¹. Para ir mais longe, é preciso, contudo, mudar de paradigma. A etapa da bibliografia material⁷² foi indispensável para compreender porque a qualificação de “popular” não é suficiente para esclarecer a extensão das práticas do ler dentro do corpo social. No entanto, ela não nos conduz até ao coração dos processos pelos quais o público leitor constrói suas dinâmicas e abre suas possibilidades aos grupos sociais situados cada vez mais distante dos universos e das formas nas quais ele se move.

Da bibliografia material ao estudo das representações do ler: a fábrica dos “novos leitores”

Assim, para os historiadores da leitura a maneira como os livreiros-impressores, a partir do fim do século XVI, colocam em livro os textos destinados a uma ampla circulação, deixa supor que eles oferecem a seu público potencial uma representação contrastada: os hábeis leitores devem aproximar os leitores principiantes, ou mesmo os leitores analfabetos... Esta visão foi rapidamente confirmada por outras pesquisas, levando em conta desta vez, as representações da leitura oferecidas no seio mesmo das obras ficcionais. Frequentemente, o escritor projeta aos seus leitores supostos, uma imagem mais ou menos explícita deles mesmos e de suas leituras: se certos livros se instalam no universo fechado de uma circulação letrada, outros abrem muito mais seus universos ficcionais e não hesitam em confrontar nos livros personagens que pertencem a mundos sociais heterogêneos. As “representações” foram longamente mantidas em suspenso pelos historiadores da cultura que criticavam as perigosas ilusões⁷³. Elas retomam seu lugar na investigação no fim dos anos de 1980. É verdade que, nessa época, os trabalhos dos especialistas da linguagem foram suficientemente divulgados, de modo que, afora as disciplinas relativas, compreendeu-se melhor os mecanismos de representação e se fez um objeto legítimo de pesquisa.

As razões de colocar em evidência a leitura nos textos que fazem ler são certamente múltiplas. A menos convincente é a de que consiste em fazer uma figura particularmente ao gosto dos criadores para o ego superdimensionado que adoram mostrar em suas obras, múltiplas formas dos seus sucessos esperados ou, ao contrário, e ao representar os destinos contrários, levam à miséria a intrusão de leitores inábeis ou incultos dentro do universo que desejariam guardar sob o seu controle. A multiplicação, a partir do século XVI, dos “pareceres aos leitores” poderia confirmar esta hipótese. De fato, a dificuldade para por em funcionamento

os processos de comunicação verbal, quando a escritura está em jogo, forneceu uma razão muito mais convincente à multiplicação das encenações da leitura nas obras literárias.

O lugar do leitor no texto

Nos anos de 1980, os historiadores dispunham de dois modelos para dar conta da maneira como o leitor toma o seu lugar no processo de leitura e para tentar propor uma visão diacrônica. O primeiro a partir da psicologia (na sua dimensão fenomenológica), o outro a partir das ciências da linguagem e, mais particularmente, a narratologia.

A ligação entre investigações históricas sobre a leitura e investigações psicológicas tinha-se realizado no âmbito dos trabalhos alemães sobre a estética da recepção. O modelo elaborado por Hans Robert Jauss⁷⁴ para analisar as rupturas na recepção dos textos literários (o processo Gustave Flaubert, por exemplo) tinha sido apoiado por Wolfgang Iser no âmbito de uma psicologia da leitura concebida como fenomenologia da recepção⁷⁵. Tal abordagem nos permite chegar, sem dificuldade, a um dos aspectos essenciais das práticas culturais em espaços sociais contrastados. Ela situa a interpretação ao lado do leitor e de sua intencionalidade mais do que através do viés do texto e nos permite compreender como cada leitor de um mesmo texto pode construir uma leitura singular. Uma história dos horizontes de expectativa dos leitores esclarece a maneira como se constituem as comunidades interpretativas coletivas em espaços de sociabilidade que trocam as suas expectativas e se permitem os códigos compartilhados para decifrar os textos. Uma história dos públicos instituídos (teatro, clubes, feiras, universidades, coleções editoriais, etc..) pode ser deduzido⁷⁶. Ao contrário, uma história fenomenológica da leitura nos afasta do texto lido e pode, nas suas versões radicais, eliminar os efeitos.

É bastante estranho constatar que freqüentemente se compreendeu à luz da fenomenologia um dos textos essenciais - para o nosso assunto - da década de 1980, isso que Michel de Certeau consagra à leitura no primeiro volume de *A invenção do cotidiano* sob o título que se tornou clássico: “Ler: uma operação de caça⁷⁷”. Lembra-se do propósito: o leitor não tem lugar próprio para a sua ação uma vez que trabalha sobre o espaço gráfico que lhe vem de outrem e que foi pré-formado pelo autor, o editor, o impressor... Não pode dispor de uma estratégia semântica que o tornaria mestre deste espaço, ele deve satisfazer-se em brincar com o tempo de sua leitura (um percurso que substitui com co-extensão dos signos gráficos sobre a página a sucessão das tomadas de sentidos). Ele está dentro da ordem das táticas. Essa análise se impõe a qualquer leitura, hábil ou inábil, popular ou letrada... Ora, foi objeto de um duplo deslocamento⁷⁸. Por um lado, foi atribuída unicamente ao leitor não letrado ou, mais precisamente, àquele que não dispõe da reciprocidade do ler e do escrever, aquele que não pode passar, a seu gosto, das táticas de leitura para as estratégias de escrita. A imagem, talvez inábil, do “braconnier” desclassificou o leitor evocado por Certeau, no lado do “popular”.

De outro lado, esqueceu-se que a combinação tática/estratégia pode também se relacionar com a escrita, ela mesma, quando tem o papel de “fazer cortar” ou mesmo de instaurar sua ordem⁷⁹. Por último, para além das pesquisas de Michel de Certeau, não é impossível encontrar práticas nas quais as táticas de leitura e as estratégias da escrita se misturam de maneira inseparáveis na perspectiva, precisamente, de uma melhor apropriação dos textos lidos. Daniel Fabre chamou atenção para o papel da cópia, - a partir da maneira como os leitores de uma aldeia do Sul da França haviam feito-, do relato de um acontecimento, que, na crônica local de identidade da comunidade um texto não seja lido, mas copiado⁸⁰. Na mesma perspectiva, Margaret Spufford se dedicou a decifrar as menções marginais que leitores de uma biblioteca tivessem deixado sobre as suas leituras preferidas⁸¹. De certa maneira, Michel de Certeau ajuda a melhor compreender as maneiras de ler tanto dos leitores experientes, como dos leitores principiantes.

As ciências da linguagem restabelecem o texto em todos os seus direitos e, mais além, deixam o autor só responsável pelos dispositivos que o leitor emprestará. O estabelecimento de uma comunicação oral entre dois indivíduos explícita imediatamente o valor dos parâmetros da situação de comunicação (quem fala? a quem? em referência a qual universo? segundo quais modalidades? Com que objetivo?). São estes parâmetros ditos “enunciativos” que dão sentido às numerosas palavras (‘eu’, ‘tu’, ‘aqui’, ‘agora’, etc...)”que não denotam nenhuma significação própria e precisam apenas da estrutura da comunicação em curso⁸². Quando o locutor descentra a enunciação e universos referenciais evocados ou das situações de comunicação passadas, futuras ou imaginárias, - resumidamente quando faz um relato -, a interpretação torna-se mais delicada: o autor deve multiplicar as informações para torná-lo acessível a seu auditor⁸³. No entanto, a possibilidade de instaurar um diálogo entre aquele que fala e aquele que escuta permite sempre confirmar ou não as falsas interpretações. Discursos e relatos podem funcionar em primeiro grau na vida social (nós ordenamos, nós comentamos, nós argumentamos, nós testemunhamos, nós contamos acontecimentos passados, nós elaboramos projetos...) ou ser “representados” em situações específicas que são da competência das dimensões culturais (no sentido antropológico) de uma sociedade. O contador possibilita ouvir os relatos, o teatro a ver e escutar os homens discursando, o romance leva a ler os relatos onde todas as funções da linguagem se misturam...

Quando a comunicação se instala na escrita⁸⁴, visando aos efeitos funcionais (correspondência, diversas formas da prescrição, da informação, da argumentação, etc...) ou aos efeitos estéticos (literatura), a relação enunciativa entre aquele que fala e aquele a quem se fala é rompida de maneira mais ou menos radical. Portanto, os métodos habituais pelos quais a linguagem organiza a comunicação oral não funcionam mais. O historiador reconhece-o particularmente, ele que, nos arquivos, encontra com frequência documentos cuja mensagem se tornou muda, justamente porque não sabemos quem é o “eu” que se expressou ou o “esse dia” onde o fez. A comunicação escrita deve aprender os meios para ultrapassar esses obstáculos instalando no seu texto todas as marcas necessárias para o restabelecimento da relação de comunicação pelo leitor. Em

uma carta, por exemplo, a data e o lugar explicitam o “agora” e o “aqui”, o nome do destinatário e o seu endereço colocados no exterior e no interior da dobra permitem interpretar o “tu” e o “aqui”, a assinatura esclarece o “eu”. Ocorre que o implícito da mensagem não comporta, em si mesmo, nenhuma marca, e refere-se unicamente à experiência compartilhada do remetente e do destinatário que este último restituirá mais ou menos corretamente conforme aquele a quem se endereçou e que bem ou mal avaliou a realidade desta cumplicidade.

Se uma obra literária escrita se torna pública, o autor perde de maneira mais ou menos radical o controle dos efeitos e o sentido de sua mensagem, a menos que ele assegure pessoalmente a transmissão ao público em uma *performance* oral. Florence Dupont mostrou como a Antiguidade latina passa de um regime oral a um regime escrito na publicação das diversas formas da arte poética (no sentido aristotélico do termo) ao mesmo tempo que abandona o seu interesse pelas performances (do aedo⁸⁵, do participante para um banquete ou do contador) em proveito de um novo gosto para a significação estética das obras, quer dizer, para os seus efeitos propriamente “literários”⁸⁶. Durante muito tempo, no entanto, a leitura oral de uma obra recente, por seu autor, diante de um círculo restrito de amigos ou de conhecedores, permaneceu a forma comum da primeira publicação dos textos⁸⁷. A circulação no princípio manuscrita, e em seguida impressa, prolongava em certa medida e preservava a performance inicial. O sentimento que tem então o autor que está no direito de controlar esta circulação se manifesta freqüentemente nos prólogos impressos que denunciam a existência de más cópias manuscritas ou de edições impressas falsificadas e defeituosas⁸⁸. É apenas no século XIX que a publicação oral cai em desuso⁸⁹ sem que, para tanto, o controle da recepção seja abandonado mesmo se, progressivamente, ele escapa, cada vez mais, ao autor. Com efeito, os editores instalam nas suas empresas leitores profissionais - precursores dos comitês de leitura - que escolhem os manuscritos que lhes chegam, controlam a adequação à representação que se fazem de sua recepção e exigem dos autores as transformações necessárias⁹⁰. Enquanto que os impressores-livreiros da *Bibliothèque bleue* agiam sem realmente distinguir a obra de sua edição. Os editores do século XIX aprenderam a trabalhar a obra com o autor sem mais confundi-lo com a sua forma impressa, particularmente, quando eles fabricam livros de grande circulação como Louis Hachette com a sua *Bibliothèque des chemins de fer*.

Quando o autor não pode mais tomar partido diante da recepção que é feita de seus textos ou quando uma obra sobrevive a seu autor e às condições de enunciação que prevaleciam quando o texto nasceu, o leitor não é, para tanto, abandonado a ele mesmo. Outras formas de controle da recepção do texto se estabelecem. Elas visam, em maior parte, dizer autoritariamente o sentido que convém de ler nos textos. As diferentes formas da instituição escolar prevêm com eficácia⁹¹, que visam à formação profissional dos homens da escrita (formação dos escribas, dos clérigos, etc.), à formação religiosa (formação do clero seguida, a partir das Reformas, dos fiéis) ou à formação cívica (quando a instituição escolar põe-se ao serviço do Estado). As diferentes formas de glosa contribuem da mesma maneira. Elas existem com a finalidade de iluminar as

obscuridades lingüísticas, referenciais ou axiológicas das obras do passado ou, às vezes, as audácias das obras do presente. Instalam-se primeiro nas margens da página manuscrita ou tipográfica depois fora do texto nos suportes destinados a este uso (periódicos, mais tarde obras de crítica literária).

Com freqüência, os “novos leitores” escapam a estes dispositivos destinados a formar os amadores esperados das obras, antes do que aqueles que se instalam no banquete sem terem sido convidados. Resta-lhes, então, apenas se apoiar sobre o que o escritor inscreveu no texto para o seu uso e restabelecer, à sua maneira, a relação enunciativa rompida pela difusão escrita da obra. Três estágios distintos do texto participam desta redefinição do pacto de leitura. O primeiro é a ficção⁹² e diz respeito ao contrato explícito que o autor ou o editor de um livro estabelecem com os seus comanditários, seus amigos e seus leitores: é instalado em múltiplos endereços, prefácios, advertências que terminaram por captar a generosidade de um grande (dentro do regime da clientela), a benevolência de um par (desde que a crítica pode matar ou fazer viver uma obra), o apetite de um leitor anônimo no gabinete de leitura ou de um comprador na livraria quando o mercado se torna determinante⁹³. É interessante notar que, durante muito tempo, o livro hesita assim entre duas figuras de leitura: aquela da leitura dos amigos que se conhecem e que se reúnem habitualmente ao redor do autor para a sua leitura em voz alta, da obra que se acabou de escrever e que será, ou não, publicada posteriormente⁹⁴, e aquela da leitura feita por leitores desconhecidos a quem é dado a confiar o texto reproduzido pelo escriba ou pelo impressor⁹⁵, não sem antes algumas recomendações. Lembrar aos últimos que os primeiros foram ou serão leitores benevolentes do texto, é uma segurança da qual os autores e os editores dificilmente se privaram.

O segundo nível nos faz entrar dentro da trama narrativa e constitui a cena de leitura em unidades ficcionais cujos múltiplos usos produzem tantas significações. A perspectiva da leitura dentro do romance pode ser figurada (em *A nova Heloísa*, é o caso da carta LII onde Julie se descreve lendo *Tácito ou Metastásio* para se colocar em harmonia com o texto do canto que irá trabalhar com seu professor). Pode também se tornar o tema de um discurso prescritivo tomado a carga por um ou o outro dos personagens (a lição de leitura que Saint-Preux dá à Julie na carta XII). A função dramática da cena de leitura no romance é complexa. Instala o leitor figurado na ociosidade (o tempo da leitura). Ela abre uma janela para um outro universo e vem, por conseguinte, embrulhar a ancoragem referencial do texto⁹⁶. Revela-se assim um instrumento particularmente eficaz da dramaturgia quando a ação deve ser interrompida ou quando um personagem deve se refugiar no silêncio⁹⁷. Paralelamente a estes usos narrativos⁹⁷, cada uma destas cenas de leitura é ao mesmo tempo uma arte de ler específica que pode ser proposta como modelo a ser imitado ou, pelo contrário, como objeto de miséria.

O terceiro nos conduz ao pacto enunciativo e, no caso do romance, o diálogo suposto que o narrador estabelece com um ausente que se encontra, portanto, no lugar vazio que o leitor é convidado a ocupar⁹⁸. A ficção de um narrador distinto do autor, por conseguinte uma voz que “conta” o relato a alguém que o escuta

- um narratário segundo a terminologia utilizada por especialistas – está no centro do gênero romanesco. As mil e uma figuras desse artifício foram objeto de inúmeras análises⁹⁹. Para o historiador, trata-se menos de descrever as sutilezas do que de dar conta da maneira pela qual ele permite e organiza a leitura. De fato, se é a voz ficcional do narrador a que o leitor é convidado a fazer viver por sua própria voz (se ele lê a meia-voz ou em voz alta) ou pela sua voz interior (se lê silenciosamente), não se pode confundir com ele, dado que esta mesma voz, geralmente, dirige-se a ele. O leitor conserva, portanto, a posição de autoridade necessária para o restabelecimento da situação enunciativa: uma voz fala a um ouvido que o escuta. A colocação dessa ficção está no cerne da criação literária quando a escrita se dirige a um leitor¹⁰⁰, mas, por outro lado, a articulação enunciativa entre narrador e leitor é a experiência comum da leitura. A maneira como o autor antecipa as características supostas de cada um dos protagonistas constitui um ato de leitura prototípico que coloca à disposição de seus leitores, sem poder obrigá-los a aceitar ou a respeitá-los¹⁰¹. O processo de leitura se situa totalmente neste frágil equilíbrio posto indefinidamente sobre a profissão.

Então, os textos impressos são destinados a circular largamente e, na verdade, abertos a múltiplos leitores mais ou menos hábeis, mais ou menos informados das regras ou dos hábitos que regem o restabelecimento da continuidade enunciativa, é preciso reforçar o laço entre o texto e seus leitores e de manter a identidade de um texto para o outro. A fixação progressiva de “gêneros” literários obedece a esta lógica. Tende a tornar esta relação o menos imprevisível e, conseqüentemente, a permitir mais do implícito nas marcas que enquadram a relação enunciativa do narrador ao leitor. Uma cultura compartilhada exhibe apenas raramente as suas normas. Em contrapartida, as modificações introduzidas nos gêneros tradicionais, o aparecimento de novos gêneros, implica na redefinição dessas normas. Quanto mais os gêneros textuais vacilam, mais o restabelecimento da continuidade enunciativa se torna delicado, mais a explicação das marcas que a tornam possíveis se tornam necessárias.

Quando a tipografia torna os textos escritos sempre mais distante de seus autores e editores, constituem-se públicos que compartilham os mesmos códigos e se instalam, sem esforço, nos textos sucessivos que lhes chegam¹⁰². A voga do romance de cavalaria dos séculos XV e XVI, a do romance epistolar do século XVIII, aquela do folhetim romântico do século XIX aumenta este fenômeno. Quando um autor (recolocado por um editor) tenta romper com esta tradição e instituir, para o leitor, outras regras do jogo - é o caso de Cervantes com *Quixote*, de Richardson com *Pamella*, de Sterne com *Tristram Shandy*, de Flaubert com *Madame Bovary*, de Proust com a *Recherche du temps perdu* ou de Joyce com *Ulysses*, os romancistas franceses da década de 1970 com o *Nouveau Roman* – eles arriscam não mais permitir aos seus leitores de dar vida ao “eu” mudo do texto. Cada um pôde fazer a experiência desta voz do texto que impede e morre quando o contrato de leitura se desfaz. Nós somos sempre os “novos leitores” das modernidades literárias que nos escapam, particularmente quando os escritores e os seus editores restringem voluntariamente o seu público ao círculo de seus semelhantes, engajados com eles dentro das mesmas experiências¹⁰³.

A menos que esses inovadores multipliquem os signos que guiarão seus leitores menos hábeis em uma conquista, que se tornou mais difícil, de sua posição. São nos mesmos momentos que a encenação desta continuidade é introduzida como uma das figuras possíveis do relato, quer para estigmatizar formas antigas ou desvalorizadas, ou para evocar as novas formas ... Vê-se então o leitor e os atos de leitura se instalar em mais ou menos discretamente até dentro da trama narrativa do texto.

Como o demonstrou Roger Chartier, Dom Quixote multiplica estes jogos de representação do leitor, que misturam sem cessar os três níveis evocados acima¹⁰⁴. É verdade que o romance de Cervantes é ao mesmo tempo objeto textual novo no espaço da produção literária da primeira metade do século XVII - por conseguinte, ele introduz novas modalidades de leitura - e uma sátira feroz dos contratos de leitura que têm conectado os leitores dos séculos precedentes a um gênero narrativo específico, o romance de cavalaria. Para inscrever seu esforço na obra, o autor multiplica as encenações do restabelecimento da enunciação para seu leitor. Este último é apóstrofe a partir do prólogo (“Desocupado leitor, não preciso prestar aqui um juramento para que creias que com toda a minha vontade quisera que este livro, como filho do entendimento, fosse o mais formoso, o mais galhardo e discreto que se pudesse imaginar”)¹⁰⁵ por um autor que assume a pena de construir o seu estatuto de “novo autor” em ruptura com os seus antecessores¹⁰⁶. O público suposto é designado na sua mais extrema diversidade, num contrato de escrita que se estabelece com o próprio autor, por intermédio da ficção da voz de um amigo que vem lhe dizer: “Procurai também que, quando ler o vosso livro, o leitor melancólico se alegre e solte uma risada, que o risonho quase endoideça de prazer, o simples se não enfade, o discreto se admire da vossa intenção, o grave a não despreze, nem o prudente deixe de gabá-la”.¹⁰⁷ No próprio texto, o estatuto enunciativo do narrador é instaurado a partir da primeira linha do romance de uma maneira clássica, apoiado sobre um “eu” indefinido (“Em uma aldeia da Mancha cujo nome não quero me recordar, vivia, não faz muito tempo, um desses gentis homens...”¹⁰⁸) Torna-se de uma extraordinária complexidade quando, no último capítulo do primeiro livro, Cervantes faz retornar nele, após duas “viagens”, um Dom Quixote inconsciente que sua sobrinha e sua governanta irão tentar, em vão, trazer à razão queimando os livros e o confinando dentro de sua casa. O narrador, após ter designado seu personagem principal numa enunciação de convivência com o leitor (“Nosso cavaleiro os olhava de modo desconfiado...”) vem evocar o futuro de seu relato (haverá, apesar dos esforços de sua entourage, uma terceira “saída” de Dom Quixote), mas, nesse instante, abre um novo espaço narrativo no qual, desta vez, é encenado o autor suposto do romance. Cervantes o faz na terceira pessoa, marcando fortemente a distância entre autor e narrador: “Mas o autor dessa história, apesar de todos os esforços para procurar as proezas realizadas por Dom Quixote durante a sua terceira saída, não encontrou traços, pelo menos em documentos autênticos...”¹⁰⁹. Deixa assim o leitor numa situação de espera indecisa de um texto futuro: a “saída” teve lugar no espaço imaginário do romance, o “texto” não existe ainda no espaço ficcional de sua escritura (exceto, talvez, em alguma contrafação sempre possível). Algumas linhas

mais adiante, ele retoma sobre essa oposição e, no segundo espaço narrativo, inventa um cofre onde há um manuscrito cuja parte legível permite confirmar a morte de seus heróis (os epitáfios dos túmulos de Dom Quixote e de Dulcinéia confirmam que eles não podem mais conhecer novas aventuras) e a parte menos legível deixa supor que a terceira “saída” aconteceu e já foi contada (em verso) mesmo estando ela um pouco ilegível. A expectativa do leitor poderia, contudo, ser recompensada no futuro porque o manuscrito foi confiado “a um *académicien* para que ele o restabeleça por conjectura”. Abre-se, assim, a possibilidade de uma seqüência nos dois espaços de narração: aquele da aventura e aquele da escrita (“Sabe-se que ele chegou à força de vigia e de trabalho, e que tem mesmo a intenção de os publicar, na esperança de que Dom Quixote fará uma terceira saída. “)¹¹⁰.

Os leitores terão conhecimento dessa “terceira saída” dez anos mais tarde (em 1615), não sem que uma falsa segunda parte tenha precedido a aparição¹¹¹. Nessa ocasião, Cervantes redistribui as cartas do contrato enunciativo de maneira ainda mais virtuosa. Ele deixa o narrador introduzir, a partir da primeira linha¹¹² um autor imaginário, Sidi Ahmed Benengeli, donde se apreende um capítulo mais tarde que ele é Maure, o autor da primeira parte do *Engenhoso Fidalgo...* e que foi necessário um tradutor para que a versão árabe desse relato estivesse acessível em castelhano. Ora, todas as informações não nos chegam nem através do autor do prólogo, nem do suposto autor, tampouco do tradutor, mas da boca de um dos personagens – o bacharel Samson Carrasco – na ocasião introduzido na ficção para completar o resumo feito por Sancho dos rumores que correm sobre as aventuras de seu mestre: todos os barulhos que reproduzem não vêm do boca-a-boca, alguns nascem da página impressa de um livro (o primeiro volume da aventura de *O Engenhoso Fidalgo*) já foi publicado em mais de “doze mil exemplares”¹¹³ e em diversos lugares. Quanto ao segundo volume, no qual o leitor está em forma para aprender tudo aquilo, Cervantes se aprazia em remeter em causa a sua autenticidade, deixando o narrador – e não mais um dos personagens – dar conta de uma “declaração” do “tradutor” sobre o caráter apócrifo de um texto no qual “Sancho (...) fala num estilo demasiado elevado e diz, coisas por demais sutis para a sua pequena inteligência”).

Cervantes parece fazer seu leitor se perder em uma perpétua inversão irônica das formas enunciativas do relato. Destrói meticulosamente a ilusão narrativa multiplicando as ancoragens e os pontos de vista, abrindo novos espaços de representações que vêm se sobrepor ao espaço imaginário tradicional, aquele onde vivem os heróis, os seus escudeiros e os gigantes que eles combatem. Esses novos espaços dão vida aos autores e seus amigos, aos tradutores e aos impressores, aos vendedores de barulhos ou de rumores, em resumo, a todos que participam da circulação das informações orais ou escritas, para a difusão das obras colocando-se, sem cessar, a questão de seu estatuto mimético: dizem ou não a verdade? São ou não prováveis? No entanto, se o leitor pode se deixar subjugar pela virtuosidade do artista e provar nas suas incessantes invenções uma espécie de vertigem enunciativa, sabe que em algumas linhas mais distantes o autor o reconhecerá sabiamente em uma posição de leitura clássica – aquela que caracteriza a maior parte das linhas do livro –

na qual um narrador onisciente lhe permite entrar no coração da ficção narrativa adotando alternativamente o ponto de vista de um ou de outro dos personagens e deixando as suas vozes – o discurso direto a vivificar – reviver na sua voz interior. Que heróis melhores que Dom Quixote ou Sancho Pança chegaram a esse grau de consistência que os conduz incessantemente a cruzar a linha que separa o romance da crônica e a literatura da história? Entre os fogos de artifício das reconfigurações da célula narrativa e a ficção tranqüila de uma narração serena que prevalece na maior parte do romance, qual lugar que Cervantes reserva aos “novos leitores” da obra?

As leituras representadas

Uma das principais figuras em perspectiva da leitura dos textos de grande difusão é, para a Época Moderna e para grande parte da época contemporânea, a sugestão recorrente de uma fluidez perdida entre transmissão oral e escrita dos relatos¹¹⁴. Tudo se passa como se, de um lado, a literatura constituísse uma forma degradada da função simbólica da narração que só a voz da *aède* pudesse satisfazer plenamente e, do outro, como se o “povo” na sua ignorância continuasse sempre à distância dos substitutos escritos no relato. Encontram-se expressões fortemente tematizadas do sentimento dessa perda no magnífico texto que Walter Benjamin¹¹⁵ reescreve durante a sua estada na França sob o título de “O narrador” e, reciprocamente, na tentativa de Mikhail Bakhtin¹¹⁶ para inscrever o romance numa forma generalizada da comunicação dialógica.

Na maior parte dos universos encenados em obras ficcionais, caminha-se incessantemente, das cenas de conversação mais ou menos formalizadas às cenas de leitura solitárias e silenciosas com, entre esses dois pólos, momentos em que um leitor compartilha em voz alta a sua leitura com as pessoas que o cercam. Cervantes para o romance, Shakespeare para o teatro apresentam precocemente múltiplos exemplos desde que, na ficção da obra, os meios sociais (ou os gêneros sexuais) se misturem. Tudo ocorre como se a oposição leitura oral/leitura silenciosa se tornassem um dos contrastes organizadores da articulação narrador/narrativa para dar conta da experiência desse contato renovado entre o autor e o leitor e, em outro pólo, todas as dificuldades da comunicação diferenciada pela escrita. A invenção (ou a reinvenção¹¹⁷) da leitura silenciosa dos séculos VIII e XII tem assim solidamente instalado uma interrupção cultural essencial, aquela que separa os leitores hábeis dos leitores principiantes, aqueles que podem ler através dos olhos e os que devem recorrer à sua própria oralização ou à de um intermediário.

Onde somos tentados a ver uma oposição cultural radical duplicada de uma distinção social irreduzível, Roger Chartier¹¹⁸ prefere ver uma tensão antropológica que anima, desde as suas origens, a relação dos homens com a escrita, e cuja história não pode ser apenas a das formas, aquela que toma sucessivamente quando trocam os procedimentos de formação dos leitores, os textos para ler e as sociabilidades da leitura.

Certamente, a estigmatização dos “maus leitores” foi frequentemente utilizada para reconstruir as fronteiras permeáveis: os clérigos servem para desqualificar as maneiras de ler dos laicos, os *discretos* as dos *vulgos*, os homens honestos a das mulheres ou dos burgueses, estes as dos operários ou dos camponeses, os detentores de capital cultural àquela dos autodidatas... No entanto, se o lugar comum permite tomar a medida dos desafios sociais dessa divisão, ele não pode, para tanto, ser considerado como o reflexo seguro de uma realidade, em particular quando se torna uma figura da construção ficcional. Que os escritores testemunham ou não as sociabilidades da leitura – por conseguinte, as alterações verbais – são as principais vias para as quais se compartilham as significações dos textos e, com base nesse acordo mínimo apenas, tornam-se possíveis os desvios, as heterodoxias, as cismas... Cada um sabe que o trabalho de leitura é mais ou menos fácil, que ele pode ou não ser concluído, que certos textos resistem à sua leitura e que a socialização do processo pelo qual o sentido de um texto se constitui (leitura em voz alta, explicação, troca, debate...) é um dos raros meios de sair do impasse hermenêutico que, frequentemente, permanece na conclusão de uma experiência de leitura abortada¹¹⁹. A bibliografia material permite atualizar a maneira como os editores procuram seus leitores para além das fronteiras das culturas compartilhadas, o estudo das refrações das sociabilidades da leitura nas representações ficcionais abre uma outra possibilidade de compreender os processos pelos quais os novos leitores têm acesso aos textos, levados pelas comunidades de interpretação nas quais se inscrevem¹²⁰.

Ora, na literatura ficcional da Época Moderna, as dinâmicas sociais que permitem a circulação das significações dos textos não são unidirecionais, ou seja, não vão somente dos meios letrados em direção àqueles menos letrados. O contraste novo leitor / leitor confirmado não é obrigatoriamente inscrito na oposição popular/douta. Roger Chartier mostrou-o no caso de Quixote¹²¹. Quando, na famosa cena dos martelos do moinho de vento (capítulo XX da primeira parte¹²²), Sancho põe-se a dizer um conto ao seu mestre para o fazer esperar até o amanhecer do dia, Cervantes multiplica os “índices de oralidade” na maneira como evoca o desempenho do valete. Mostra um Sancho multiplicando as retomadas, os retrocessos, as relativas, as incisivas; sem se privar de nenhuma digressão, tirando da trama sua linearidade narrativa no labirinto dos seus comentários. Finalmente, o valete impacienta o mestre, este que espera de uma ficção não a plurivocalidade dos propósitos de um diálogo, mas a restituição estrita de uma história, aspecto de uma narrativa monológica, à maneira dos livros¹²³. Seria satisfatório ver nesse episódio a encenação de uma distância cultural irreduzível entre culturas da oralidade e culturas da escrita, estes últimos modificando os primeiros quando um indivíduo se lhes apropria. Ora, não se chega a apreender plenamente em qual lado Cervantes instala a miséria. É necessário restituir a integralidade da cena para esclarecer o fato. Dom Quixote e Sancho Pança vagueiam no campo em plena noite à procura de uma fonte onde estancar a sede deles. Eles percebem, de repente, barulhos surdos repetidos e cliques metálicos. Imediatamente Dom Quixote elabora um cenário glorioso em que ele será o herói e ordena a seu escudeiro

que espere enquanto ele parte para combater os seres que se entregam a semelhante tumulto. Sancho, assustado por ficar só, entrava sub-repticiamente Rocinante e tenta acalmar o seu mestre propondo contar-lhe casos até ao amanhecer, o que finalmente Dom Quixote aceita pelo fato de não poder fazer avançar seu cavalo. Quando, à aurora, a origem dos barulhos pode ser identificada e que se revela serem os seis martelos de um moinho de vento¹²⁴, Sancho zomba abertamente de seu mestre, ameaçando-o de fazer da aventura um “conto”¹²⁵. Aparece assim como susceptível de saber, melhor que seu mestre, este que pode ser narrativizado no registro da sátira. E este não pode lhe responder, reconhecendo o seguinte saber: “Não nego que o sucedido não fosse merecedor de riso...” No entanto, tentam retomar o que dito acima sobre desqualificar o público de seu interlocutor, acrescenta imediatamente: “[...], mas não penso que haja matéria a contar: as pessoas não sabem colocar as coisas em seu devido lugar.¹²⁶”. E é aí, através de Sancho que Cervantes provoca seu leitor: no julgar que Dom Quixote recusa às sociabilidades populares da cultura oral (aqui identificada pela sátira carnavalesca) precisamente as qualidades que fazem falta ao cavaleiro perdido na sua leitura das epopéias. As suas chaves de interpretação do mundo, apoiadas sobre a sua cultura livresca (os romances medievais de cavalaria) não funcionam mais no universo onde Cervantes escolheu desvelar a errância de seu personagem e de constituir uma nova textualidade “fazer um conto” ou de “ler os contos”? A fronteira que separa o ato enunciativo das culturas orais (uma *performance* comunitária que produz efeitos imediatos) do ato enunciativo da leitura (saber voltar a dar vida aos enunciados fixados nos livros) não está mais tão seguro. O “novo leitor” que é Dom Quixote – culto, certamente, mas desajeitado – revela-se mais perigoso do que o seu acólito analfabeto: não sabe mais interpretar o mundo no qual ele vive e recusa qualquer sociabilidade de interpretação. Para Cervantes, são os leitores de seu tempo que deverão reaprender a ler. E o texto de Dom Quixote será seu breviário. Indica, de resto, a via de salvação: recriar as sociabilidades que garantem as leituras que se referem ao povo analfabeto, que escuta, ou o letrado, que se isola na convivência solitária e silenciosa do documento impresso.

Vê-se, assim, que a oposição oralidade/visualidade é muito maior do que parece ser. Pode estigmatizar as leituras usurpadas dos que não deveriam ter acesso aos livros e permaneceram leitores incapazes de se apropriar da escrita mesmo quando esse a lhes oraliza. Ele pode denunciar a incapacidade de interpretar o mundo representado na literatura (como o mundo real) daqueles que, isolados de todas as comunidades de interpretação, crêem nas suas leituras singulares para além deste que é razoável. Ela pode ainda, invertendo a sua significação, sugerir novas vias de acesso nos textos impressos que circulam no espaço social, incluindo para os que não sabem ler à condição de que eles se apóiem nas comunidades de interpretação adequadas. Esta mesma oposição pode ser estendida para o conjunto das formas de circulação da informação. A oralidade não se refere apenas ao ler, refere-se também a todas as formas dialógicas de uso da linguagem, todas as suas sociabilidades (da troca dual às conversações generalizadas). Da mesma maneira, o silêncio ou o isolamento retornam apenas à leitura. Eles podem expressar as atitudes próprias às

culturas da oralidade e dar conta de algumas de suas formas específicas¹²⁷. Por último, além da circulação das informações, a oposição oralidade/visualidade coloca em jogo o conjunto dos procedimentos de divisão das significações daquilo que eles revelam das formas as mais comuns de constituição das opiniões ou as formas as mais elaboradas de compreensão e construção dos conhecimentos.

Os “novos leitores” representados por eles mesmos

Outras figuras da leitura aparecem nas representações ficcionais. Numerosos são os investigadores que procuraram contá-las e classificá-las para colocar em evidência, a partir delas, as especificidades de micro-grupos de leitores: as mulheres, as crianças, as pessoas sem educação, os trabalhadores, os camponeses¹²⁸. Forçosa parece a constatação de que, na maioria dos casos, essas figuras foram tomadas no primeiro grau sem que o historiador pudesse se preocupar sobre o papel que o escritor desempenha nos relatos de leitura, na construção imaginária ou no contrato de leitura. Não é do mesmo modo quando, abandonando o romance, retorna-se a um outro gênero de escrita rico em cenários de leitura: o relato de vida.¹²⁹ Neste caso, duas vias são possíveis, seja no cargo de um leitor em que a entrada na leitura parte de si mesmo e cujas leituras são apenas etapas de uma biografia intelectual rica em encontros de todas as espécies, seja no caso em que o leitor elabora seu relato de vida para dar conta de sua entrada vitoriosa – sabe não somente ler, mas também, escrever – no universo da escrita. Para o século XIX, um livro pioneiro abriu este território de investigação, aquele que Jacques Rancière consagrou aos militantes operários do século XIX¹³⁰ para tentar compreender como o projeto de revolta deles, pela escrita, havia se fechado nas formas mais esperadas da cultura burguesa de seu tempo. Na análise brutal que dava o filósofo das encenações desta difícil conquista do tempo, quais sejam, de ler e de escrever e de saber compreender e redigir, podia-se saber a distância que separava o esforço autodidata de sua representação¹³¹. Hoje dispomos para os períodos mais antigos de um trabalho decisivo: aquele que James S. Amelang¹³² consagrou às autobiografias dos artesãos da Europa dos séculos XVII e XVIII, no qual ele elabora com cuidado as características do gênero e do processo de enunciação existentes nos textos¹³³. As representações da leitura que estão no relato autobiográfico são, sem dúvida, muito diferentes daquelas que se encontram na literatura. De um lado, porque a vontade de “dizer a verdade” ao leitor se funde com o contrato de leitura, de outro lado porque, ao contrário, a reconstrução das etapas de uma vida de autodidatismo é suscetível de se tornar um modelo que sustenta todo o esforço da escrita. O que nos dizem esses homens e essas mulheres de suas leituras?

Na maioria dos casos, eles nos descrevem duas etapas: aquela na qual eles são alfabetizados de maneira mais ou menos espontânea, com ou sem a ajuda de instituições formais ou informais de educação, aquela na qual eles entraram no comércio dos livros encontrando os meios de se encontrar e, mais ainda, os dispositivos materiais ou humanos que lhes garantiriam a validade da compreensão que eles atingiam.

Interpretar esses materiais supunha que se pudesse questionar a partir de um solo estável. A análise das representações da leitura nas obras de ficção pôde se apoiar na antropologia e na semiologia da representação, na qual as entradas na leitura dos “novos leitores” supunha que se assegurasse dos modelos psicológicos da aprendizagem e da leitura que se podia implícita ou explicitamente executar.

Talvez esteja do lado dos aportes recentes da psicologia cognitiva e das neurociências, mais do que aqueles da fenomenologia, que estão constituídos os instrumentos de uma interpretação mais segura. Pode-se considerar que, - no que diz respeito à história cultural francesa -, esses trabalhos ultrapassam, pela primeira vez, o círculo dos especialistas de 1985, quando publicados nas atas do colóquio de Saint Maximin¹³⁴. François Bresson abre perspectivas, novas para a maior parte dos participantes, que permitem reinterpretar de maneira particularmente relevante os trabalhos que os investigadores consagraram, nos anos de 1970, aos progressos da alfabetização¹³⁵. Foi, no entanto, apenas no fim anos de 1990 que esses trabalhos, muito complexos, foram verdadeiramente postos à disposição de não especialistas¹³⁶. No entanto, a partir dos anos de 1980, foi possível distinguir melhor as duas dimensões psicológicas que se combinam em um ato de leitura: a identificação das palavras e a compreensão do texto. A primeira supõe que se compreendeu o funcionamento do código alfabético¹³⁷, que se memorizou as correspondências entre letras e sons e que servem para decifrar, cada vez mais rapidamente, as palavras do texto, quer dizer, para reencontrar uma palavra a partir de seus componentes fonéticos. As antigas técnicas de ensino, utilizadas pelos mestres das pequenas escolas, após o *Concílio de Trento* e a passagem obrigatória, pelo latim, nos rituais religiosos¹³⁸ não parecem incompatíveis com o acesso a esta competência, muito pelo contrário. Na verdade, saber decifrar não exige um ensino muito complicado: está ao alcance de mestres pouco mais avançados do que seus alunos e, um fenômeno mais interessante ainda, de simples autodidatas¹³⁹. Defronta-se apenas com somente uma verdadeira dificuldade: para identificar as palavras a partir de uma automatização progressiva de decifragem, o aprendiz-leitor deve comparar a seqüência dos sons que ele decodifica às unidades lexicais que, desde muito pequeno, armazena na sua memória oral, à condição, naturalmente, de que a língua na qual ele lê seja a mesma na qual ele fala. Com efeito, quando não se preocupam em entrar na compreensão dos textos, quer porque eles o tomam do registro de rituais que são ditos para o coração (as rezas), quer porque esta compreensão não está no horizonte imediato da leitura (que foi adquirida apenas para prover às necessidades imediatas da vida urbana), aprender a identificar as palavras escritas não é coisa muito complexa. Ora, uma vez apreendido este “saber fazer”, múltiplas perspectivas são logo abertas. Em todos os grupos sociais, existe, muito cedo, numerosos “novos leitores” potenciais.

O processo de compreensão é muito complexo. Ele coloca em jogo as competências interpretativas que supõem uma lenta acumulação de formas lingüísticas (léxica, sintaxe, discursos), textuais (universos de referência, gêneros textuais), livrescas (formas editoriais, ilustrações, etc...) e intelectuais (conhecimentos, mas também emoções, sensações ligadas aos diversos códigos estéticos), acumulação que se confunde com

a história de uma vida e de suas sociabilidades formais (educação, convivência nas instituições culturais, etc..) e informais (conversações, etc.). Resumidamente, compreender uma obra supõe uma familiaridade com a comunidade cultural ou intelectual que o iluminou, ou da qual faz uso, ou seja, comunidade que não cessa de se reassegurar em seu poder interpretativo graças aos múltiplos rituais que organizam sua experiência. Os psicólogos dizem que, se o acesso à decifração das palavras parece uma barreira já entreaberta, um simples esforço de memória é suficiente para ultrapassá-la, quer dizer que o acesso à compreensão dos textos escritos supõe que a aculturação do leitor precede à sua entrada na leitura, em certa medida que as sociabilidades da palavra precederam às da leitura.

Portanto, parece interessante ler à luz desta modelização os materiais que foram perdidos pelos “novos leitores” como traços da dinâmica social e cultural quando eles foram os protagonistas e viriam a ser futuros testemunhos. Além disso, não se trata de tomar ao pé da letra seu testemunho, mas, de tentar compreender como eles põem em cena algumas das figuras que lhes parecem necessárias, para dizer quais foram os processos que seus percursos desencadearam.

Na análise que fiz das *Memórias*, de Valentin Jamerey-Duval¹⁴⁰, eu distinguia, mal ainda, esses dois eixos de entrada na leitura. Eles estavam presentes, todos os dois. De um lado, Jamerey-Duval insistia sobre suas proezas para arrancar um a um o “saber fazer” que, de ponta a ponta, tinha lhe permitido aprender a ler e em seguida a escrever, de outro lado, dissimulava todos os esforços que o haviam conduzido a tratar semanticamente as suas leituras. As suas dificuldades continuavam, no entanto, patentes, mas sempre em último plano. Uma página das *Memórias*, no entanto, deixa entrever a maneira como Jamerey-Duval percebeu a sua entrada no mundo da escrita. Merece ser transcrita:

“Estava então no fim de meu terceiro lustro. Sem ter a menor noção dessa arte divina que ensina a fixar a palavra e a representar o pensamento e para dar relevo à minha nova promoção, exortei meus confrades de vida bucólica a ensinar-me a ler, o que fizeram de boa vontade graças a algumas refeições campestres que eu lhes havia prometido. O acaso proporcionou-me essa aventura através do exame de um livro de fábulas, em que os animais que Esopo introduz para instruir aqueles que acreditam compartilhar da razão, eram representados em contornos extremamente belos e delicados. O desapontamento de não poder compreender seus diálogos sem a ajuda de um intérprete irritou-me contra a ignorância em que apodrecia, de modo que resolvi empregar tudo para dissipar as trevas. Os meus progressos na leitura foram tão rápidos que em poucos meses os autores do apólogo não tinham mais nada de novo para mim. Percorri com uma extrema avidez todas as bibliotecas do lugarejo. Aí folheei todos os autores e cedo, graças a minha memória e ao pouco de meu discernimento, vi-me em condições de contar as maravilhosas proezas de Ricardo Sem Medo, de Roberto, o Diabo, de Valentin e Orson e dos quatro filhos Aimon. São a essas produções insípidas que devo a forte paixão que sempre tive pela Geografia. A descrição dos reinos e as ilhas que meus invencíveis paladinos encontravam em seu caminho e que conquistaram ao passar, ensinou-me que a Europa e o mundo inteiro não eram uma mesma coisa. Quando, por um exercício assíduo, ornei a minha memória de todas as ficções gaulesas que infetam o espírito do povo, acreditei ser também cura da aldeia. Convidei as pessoas a verem o discípulo receber a troca das suas instruções e, montando sobre uma tribuna de grama, declamei com a ênfase que caracteriza a ignorância, os mais belos traços de *Jean de Paris*, *Pierre de Provence* e da maravilhosa *Mélusine*. Os aplausos rústicos que meus discursos provocaram, tornaram-me o mais

presunçoso de todos os campesinos. Resolvi conviver só com pessoas de erudição, e, portanto, com o mestre de escola e o pároco”.

Este texto põe em evidência várias figuras da relação do novo leitor com a escritura. Em primeiro lugar, a experiência inaugural¹⁴¹ da “inspeção” de um livro por um analfabeto que não transforma em desejo o aprender a ler, apenas porque o livro é ilustrado, quer dizer, deixa-se adivinhar as mensagens nele contidas. Em seguida, a vergonha de precisar recorrer a um mediador de leitura para satisfazer seu desejo. Depois, o sucesso obtido instantaneamente (“Meus progressos na leitura foram tão rápidos...”) sem que seja necessário revelar nem os procedimentos, nem as razões que aí o conduziram. Por último, o rápido esgotamento do único livro sobre o qual a aprendizagem teve, talvez, lugar (“em poucos meses os autores do apólogo não tiveram mais nada de novo para mim”). O fato de que tenha sido apagado o momento da aprendizagem técnica da decifração, - Jamerey-Duval não cita em suas *Memórias* uma *Croix de par Dieu* ou uma *Instruction chrétienne*, habituais abecedários dos novatos nas pequenas escolas ¹⁴² -, tenta situar esse autodidatismo do lado das educações letradas como aquelas que se pode obter em domicílio antes de frequentar a escola. Para tanto, Jamerey-Duval não preenche a distância que o separa de um Jean-Jacques Rousseau. Ele nasceu em Genebra em uma época onde a cidade era inteiramente alfabetizada, como escreve no início das *Confissões*: “Não sei como aprendi a ler: parece-me sempre o ter sabido”¹⁴³. “Na verdade, Jamerey-Duval desvia a atenção de seu leitor em direção a um outro problema:” o da articulação entre leitura e memória¹⁴⁴. À primeira vista, parece que se poderia interpretar essa frase chave (“Meus progressos na leitura foram tão rápido que em poucos meses os autores do apólogo não tiveram mais nada de novo para mim”). Contrastando, de um lado, ler para reencontrar e, de outro, ler para descobrir”. É a oposição que Rolf Engelsing havia pontuado para a Alemanha do século XVIII que passa brutalmente das leituras intensivas de um *corpus* limitado de livros de oração indefinidamente lidos e relidos (atitude corrente a partir do século XVII a todos os escalões da sociedade reformada) às leituras extensivas de romances incessantemente renovados”¹⁴⁵. No entanto, na seqüência de sua evocação, Jamerey-Duval não nos conduz à antítese que assinalaria uma tensão entre duas modalidades do ler, mas, a uma forma estável do saber ler que é a sua primeira e eficaz conquista: ler serve para memorizar. Conhece rapidamente todas as fábulas de Esopo, depois todas as histórias tradicionais dos livretos *bleus* que são certamente os únicos livros das “bibliotecas” da aldeia. No entanto, sua leitura não é extensiva porque os textos lidos obstruem literalmente a sua memória, quando deviam se apagar para dar lugar à infinita possibilidade das bibliotecas futuras. O único uso que se pode fazer é, portanto, tornar a restituir essas galimatias para a oralidade das quais nunca deveria ter saído: ele as declama de memória para seus amigos.

Contudo, é também com esta literatura, - a mesma aquela que apaixonara Dom Quixote, mas na sua versão em cordel -, que Jamerey-Duval dá-se a um primeiro desvio. Cervantes tinha inventado um cavaleiro-leitor

a procura de fazer reviver o universo dos romances medievais em suas aventuras, Jamerey-Duval põe em cena um adolescente autodidata que havia prolongado suas leituras de duas maneiras: de um lado ocupando efetivamente o lugar do narrador no momento de encenação em sessões públicas de declamação; de outro lado, oscilando de um livro ao outro a fim de dar contornos ao universo ficcional que ele frequenta mencionando as paisagens (“são a estas insípidas produções que devo a forte paixão que sempre tive para a geografia.”). Neste duplo movimento, escapa para a ilusão narrativa e se apropria dos códigos. Ele não é somente um “novo leitor” mas, ao inverso de Dom Quixote, um leitor hábil, senão, culto. É interessante notar aqui que, contrariamente aos trabalhos dos romancistas, de Cervantes a Rousseau, Stendhal e Flaubert, conduzem os novos leitores, -que representam em suas ficções-, a esquecer a fronteira de separação entre a ilusão mimética e a realidade; os autodidas mostram como eles souberam, de repente, diferenciar uma coisa da outra. Ainda no século XIX, o tema está presente nos relatos de vida operários ou de camponeses, mesmo que se lhe atribua uma colocação mais psicológica: a possível confusão das ações dá lugar à dos sentimentos. A leitura perturba o novo leitor que não sabe imediatamente escapar às emoções que fazem nascer nele a ficção. A leitura encaminha para ‘doença’¹⁴⁶. No entanto, não é mais que uma passagem. Em alguns dias, a febre é esquecida e o leitor audacioso torna-se um leitor assíduo, em breve, um leitor voraz. Ele aprisiona a voz do narrador, sabe como escorregar nela sem sê-la e como guardar boa distância face aos milagres da representação. Não lhe resta nada mais do que ler.

Essa é a segunda lição de Jamerey-Duval e de todos os autodidas: a leitura não leva, senão, a outras leituras. Uma vez aprendido a ler, não se cessa jamais. É necessário contrapor aqui o encadeamento indefinido dos universos da representação,- esses relatos de relatos já inaugurados por Homero e nos quais os autores de romances se comprazem -, e a extensão horizontal das referências que, para o novo leitor, é conduzido de uma leitura à outra. Vertigens da narração, por um lado¹⁴⁷, desejos de reduzir as lacunas do texto por outro. Todos os novos leitores testemunham dificuldades de compreender “tudo” do texto lido. A solução, para Jamerey-Duval, encontra-se certamente na paixão enciclopédica que o conduz dos romances de cavalaria à geografia e aos livros de viagem. Todos, portanto, como o recorda nas últimas linhas e o confirma algumas páginas mais distante, na convivência dos “letrados” da aldeia, o mestre de escola e o sacristão da paróquia. Por detrás dessas garantias que o velho homem que escreve diz ter encontrado contra os erros de suas primeiras leituras, define-se uma nova tensão. Existe, de fato, duas maneiras antagônicas de resolver o implícito dos textos e as incongruências das significações esboçadas. O leitor pode abrir um novo livro sempre que o seu esforço de compreensão desemboca em um impasse. Instala-se, assim, numa espécie de espiral indefinida de referências: uma palavra exige um livro e no novo livro outra palavra exigirá outro livro... Os letrados do Renascimento tinham empregado todos os recursos de recolhimento de lugares comuns, aqueles das Luzes, das enciclopédias; os autodidas do século XIX tiveram o *Dictionnaire Universel*, de Louis Larousse à sua disposição. O leitor pode também se contentar em se introduzir nos

círculos de conversações que outros leitores, aguerridos, mantêm a respeito de suas leituras. O formalismo dos salões não é apenas uma figura entre outras das sociabilidades da interpretação. O dos cabarés tem suas próprias regras como aqueles dos velórios, mesmo quando se contenta em falar daqueles que outros leram. Saber tudo o que se deve saber dos textos antes mesmo de tê-los lido, confirmar que se compreendeu quando na verdade se aventurou: a renovação recorrente dessas experiências transforma os novos leitores em leitores comuns. As comunidades de interpretação que se constituem nesses lugares preenchem à sua maneira as formulações alusivas que o autor confiou aos seus contemporâneos ou, mais freqüentemente, ao círculo restrito de seus cúmplices. Elas o fazem com tanto maior segurança, quanto comprovam em cada conversação a eficácia social das significações que compartilham: a comunidade não é tão forte, como convergem as suas interpretações. Para Jamerey-Duval, o mestre de escola, o sacristão e, cedo, o padre são suficientes para construir as primeiras certezas, mas estas devem ser extraídas nas conversações que lhe atribuem ou, tanto quanto, nos livros que lhe aconselham: “Eu tenho dito sim... Quando me falam... Ensinam-me...”¹⁴⁸ São suficientes as boas sociedades. Aquelas das autoridades da aldeia valem evidentemente mais do que as dos pastores.

Na segunda parte das *Memórias*, Valentin conta como foi tomado pelo tutor das crianças do duque de *Lorraine* e conduzido ao tribunal de *Lunéville* onde começou uma educação que o levaria ao colégio jesuíta de *Pont-à-Mousson*. Antes de entregar-se a esta instituição, fez uma viagem pela sua aldeia natal, certamente para procurar o certificado de batismo do qual tinha necessidade para a sua matrícula. Ali, os papéis se invertem. Uma anedota o demonstra claramente. Instruído sobre a degradação na qual havia caído o castelo vizinho e de rumores que corriam sobre os maus espíritos que lá se manifestavam, ele decide procurar a casa do fazendeiro que tem a guarda para que ele o permita visitá-lo. Este último tenta dissuadi-lo contando-lhe, com força de detalhes os acontecimentos estranhos que ocorrem nesse lugar. Jamerey-Duval comenta “O que achei mais notável em seu relato, é que ele repete o que me foi contado cem vezes na minha infância, que esse castelo, como o de *Lusignan en Poitou*, era célebre pela aparição periódica de uma ilustre fada chamada Mélusine...”¹⁴⁹ ” Dessa vez, é ele quem detém as chaves da interpretação dos rumores que circulam e essas chaves residem nos livretos da *Bibliothèque bleue*. Ele tenta demonstrar ao fazendeiro – em vão - que tudo aquilo é só fruto de leituras mal entendidas e mal compreendidas. Tornou-se, por sua vez, aquele que pode dar o sentido verdadeiro das palavras, que elas circulam de boca-a-boca ou de livretos em livretos. Ele não é mais um “novo leitor”.

Conclusões

Pode-se fazer a história das práticas populares de leitura na Época Moderna? Uma abundante historiografia - prova que a questão era fecunda e continua o sendo - levou os historiadores a deslocar progressivamente a

sua problemática, fazendo com que algumas certezas tidas como intangíveis, fossem abandonadas. A mais importante é, certamente, aquela que, ao longo do tempo, tem assimilado meios populares e oralidade, elites letradas e escrita. Essa “grande divisão” foi mal feita por trinta anos de pesquisas concentradas em delimitar todas as ocorrências. Quando as culturas passam à escrita, elas não eliminam as práticas da oralidade. Ao contrário, sem as sociabilidades aproximadas - e, por conseguinte dedicadas à oralidade - de interpretação dos textos que, sem cessar, reconfiguram-se, os escritos continuam a ser impotentes para transmitir no espaço e no tempo as mensagens que lhes são confiadas. À distância que parece dever, incessantemente, reconstruir-se entre o *vulgo* e o *discreto* (para retomar os termos tão precisos que nos foram legados dos manuais cortesãos ibéricos) deve, por conseguinte, ser examinado nas práticas de oralidade como nas da escrita. As incursões dos “*vulgares*” nos universos letrados podem passar do saber ler e escrever. Por uma parte, a verdadeira dificuldade para o historiador está na possibilidade de documentar os atos perdidos na dimensão da oralidade, e de outra parte, estão as cesuras sociológicas que permanecem centrais. Logo, resta interrogar o que as escrituras são capazes de conservar das palavras que as acompanham e quem lhes dá sentido. As investigações desses últimos anos mostraram que podemos freqüentemente voltar a dar voz aos textos, precisamente porque eles devem, sem cessar, explicitar as relações que unem escritas e palavras para que eventuais leitores possam os fazer funcionar. Enquanto os sinais que exprimem estas relações se fazem cada vez mais tênues, na medida em que comunidades de interpretação (das palavras ou dos textos) organizam-se e se reforçam, expõem-se e se multiplicam quando novos textos procuram seus leitores ou novos leitores partem ao encontro dos textos. Então, os indicadores da leitura abundam e colonizam todos os espaços disponíveis da representação: o texto anterior, o contrato narrativo, a trama de relato multiplica as encenações dos leitores e das leituras. Permanece, com certeza, para compreender o papel que desempenham na obra em si, a maneira como o editor, o impressor e autor o dispuseram ao uso dos supostos leitores. Permanece, também, para tentar compreender, - tarefa mais delicada - , como os leitores puderam se servir ou os ignorar.

Os leitores populares não são menos leitores do que os outros. Podem ser “novos leitores” quando têm acesso aos textos dos quais não herdaram as significações. Eles podem permanecer também como “velhos leitores” em relação aos leitores ditos letrados quando eles se tornam donos, com assiduidade, dos gêneros por eles apropriados. Por fim, os atos de leitura poderiam não ser o melhor paradigma para explorar os desvios sociais que estão para a obra nas práticas culturais das nossas sociedades.

Jean Hébrard

¹ O encontro ocorreu em Saint-Maximin-la-Sainte-Baume e reuniu, além de mim e Roger Chartier, Pierre Bourdieu, François Bresson, Robert Darnton, Daniel Fabre, Jean Marie Goulemot, Louis Marin e Daniel Roche. As atas apareceram como título *Pratiques de la lecture*, sob a organização de Roger Chartier, Marseille, Éditions Rivages, 1985, reeditado por Payot et Rivages, Paris, 1993. [Ed. bras.: “Práticas da leitura”. São Paulo: Estação Liberdade, 1996].

² Livros de *colportage* – literatura ambulante, volante, mais dirigida ao meio rural, semelhante ao que chamamos como literatura de cordel. [N.T.].

³ Na França, François Furet e Jacques Ozouf, *Lire et écrire. L’alphabétisation des Français de Calvin à Jules Ferry*, Paris, Éditions de Minuit, 1977, 2 vol. Durante esse período, Harvey J. Graff reuniu, ano após ano, as análises produzidas na escala do mundo ocidental em diversas obras de síntese. Ver em particular, entre inúmeros títulos, o livro coletivo que aparece no fim dos anos 70: *Literacy and Social Development in the West. A Reader*, Harvey J. Graff ed., Cambridge, London, New York, Cambridge University Press, 1981.

⁴ Ver sobre esse tema a bibliografia da primeira edição de *Práticas da Leitura*, *op. cit.* Em psicologia, os trabalhos sobre os processos de percepção (em que François Bresson é um dos pioneiros na França) colocam em evidência o papel central dos conhecimentos previamente adquiridos (da cultura acumulada) na interpretação da informação (cf. F. Bresson, “La lecture et ses difficultés”, *Pratiques de la lecture*, *op. cit.* pp. 15-28). Em sociologia, os trabalhos de Pierre Bourdieu, em particular, mostram a extrema dificuldade de acessar ao capital cultural quando não se é herdeiro (Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron, *La Reproduction. Éléments pour une théorie du système d’enseignement*, Paris, Éditions de Minuit, 1970 ; *La Distinction : critique sociale du jugement*, Paris, Éditions de Minuit, 1979 e sua contribuição à *Pratiques de la lecture*, “La lecture, une pratique culturelle”, debate com Roger Chartier, *op. cit.*, pp. 267-294). [Edição brasileira: BRESSON, François. A leitura e suas dificuldades. Práticas da leitura, *op. cit.* pp. 25-34. BOURDIEU, Pierre. “A Reprodução. Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino”. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982; “A Distinção” – Crítica Social do Julgamento. Petrópolis: Vozes, 1979; Práticas da Leitura, *op. cit.*, “A leitura: Uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. Pp. 231-253].

⁵ Valentin Jamerrey-Duval, *Mémoires. Enfance et éducation d’un paysan au XVIIIe siècle*, prefácio, introdução, notas e anexos por Jean Marie Goulemot, Paris, Le Sycomore, 1981.

⁶ Jean Hébrard, “Comment Jamerrey-Duval apprit-il à lire ? L’autodidaxie exemplaire”, *Pratiques de la lecture*, sob a direção de Roger Chartier, Marseille, Rivages, 1985, pp. 24-60 ; reedição revista e corrigida, Paris, Marseille, Éditions Payot & Rivages, 1993, pp. 29-76. [O autodidatismo exemplar. Como Jamerrey-Duval aprendeu a ler?”. Práticas da Leitura, *op. cit.* Pp 35-74].

⁷ Jean Hébrard, “Les nouveaux lecteurs”, *Histoire de l’édition française*, sob a direção de Roger Chartier e Henri-Jean Martin, tome 3, *Le temps des éditeurs. Du Romantisme à la Belle Époque*, Paris, Éditions Promodis, 1985, pp. 471-509 ; reedição, Paris, Fayard et Promodis, 1990, pp. 526-565.

⁸ Diversos pesquisadores retomaram essa noção em suas contribuições à *Histoire de la lecture dans le monde occidental*, sob a direção de Guglielmo Cavallo e Roger Chartier, Paris, Seuil, 1997 (uma primeira edição italiana apareceu pela editora Laterza em 1995). Martyn Lyons a retoma em seu título (*Les nouveaux lecteurs au XIXe siècle: femmes, enfants, ouvriers*). Ele utiliza o termo para designar o “público desconhecido” – segundo a fórmula do romancista Wilkie Collins – uns livros baratos de Inglaterra da segunda metade do século XIX, público que inquieta seus contemporâneos letrados, tanto pelo o que lê como pela maneira com que lê. [Ed. bras. CHARTIER, Roger e CAVALLO, Guglielmo. “História da leitura no mundo Ocidental”. São Paulo: Ática, 1998].

⁹ Deveria portar o número 51, depois foi deslocada em dois níveis e dividida em dois volumes, 49 e 49 bis, distinguindo o livro manuscrito e o livro impresso (sobre a gênese da obra, ver o posfácio de Frédéric Barbier à reedição da obra aos cuidados de Eric Vigne na Bibliothèque de l’Évolution de l’Humanité: Lucien Febvre et Henri-Jean Martin, *L’Apparition du livre*, Paris, Éditions Albin Michel, 1999).

¹⁰ No original, *chartiste*, ou seja, da École des Chartes, criada em 1821, forma profissionais para a conservação do patrimônio (bibliotecas, arquivos, museus, monumentos, coleções arqueológicas...). Cf. <http://www.enc.sorbonne.fr/presentation.htm>.

¹¹ Henri-Jean Martin era nessa época bibliotecário da Biblioteca Nacional.

¹² Lucien Febvre et Henri-Jean Martin, *L’Apparition du livre*, Paris, Éditions Albin Michel, 1958, reedição. 1971, p. 12. [Ed. bras. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Ed. UNESP:Hucitec, 1992].

¹³ *Ibid.*

¹⁴ No programa que Lucien Febvre traça à Henri-Jean Martin e que esse último situou no prefácio do livro sob a assinatura isolada de seu mestre, este escreveu: “Estabelecer como e por que o livro impresso foi, não é outra coisa que uma realização técnica confortável e de uma engenhosa simplicidade – situando-o como um dos instrumentos mais poderosos que poderia dispor a civilização do Ocidente para concentrar o pensamento dispersados de seus representantes, oferecendo toda sua eficácia à mediação individual dos pesquisadores na transmissão, imediatamente, a outros pesquisadores; reunir à conveniência de cada um, e sem prazo, nem pena, nem gastos, esse concílio permanente de grandes espíritos do qual falou Michelet em termos imperecíveis; procurar, assim, um vigor perene, uma coerência absolutamente nova, e, por ali mesmo, uma potência incomparável de penetração e iluminação; assegurar minimamente um tempo para a difusão das idéias através de seu domínio, cujos obstáculos colocados pela escrita e língua não interditam o acesso; criar uma expansão, nos próprios pensadores e além de seu pequeno círculo, em todos os usuários do pensamento, dos novos hábitos de trabalho intelectual; em resumo, mostrar, no Livro, um dos meios mais eficazes desse controle sobre o mundo – tal é o objetivo dessa obra, tal será, nós esperamos, sua novidade.” (*Id.* p. 13)

¹⁵ Pode-se considerar, com Frédéric Barbier (op. cit., p. 556), que esta ruptura intervém com efeito a partir de 1952 quando Henri-Jean Martin propõe aos *Annales* um artigo intitulado “A edição parisiense no século XVII: alguns aspectos econômicos”. (Cf. *Annales E. S. C.*, 1952, p. 303-318).

¹⁶ Sobre a gênese de *L'Introduction à la France moderne*, ver os posfácios de Monique Cottret, Philippe Joutard e Jean Lecuir na reedição proposta por Éric na *Bibliothèque de l'Évolution de l'Humanité* (Robert Mandrou, *Introduction à la France moderne 1500-1640. Essai de psychologie historique*, Paris, Albin Michel, 1998).

¹⁷ A frase que Lucien Febvre escolheu destacar da obra a esse respeito é significativa: "E a psicologia, é um sonho de enfermo, se eu penso, se eu digo aqui, que ela é a base mesmo de qualquer trabalho válido de historiador?".

¹⁸ O capítulo IV abre-se para uma homenagem apoiada: "A expressão de ferramenta mental agora tem passado no patrimônio comum dos historiadores;" aí está trinta anos que foi proposta por Lucien Febvre no seu *Problème de l'incroyance*, e foi adotada para designar este equipamento de base. "(op. cit., p. 91)".

¹⁹ Robert Mandrou, *op. cit.*, p. 75 (de acordo com a edição de 1998).

²⁰ *Ibid.*

²¹ *Id.*, p. 76.

²² “Mas como a Fé vem do ouvido, é fácil ver quanto, dentro de todos os tempos, foi necessário para se salvar, de ter recursos aos cuidados e ao ministério de um mestre autorizado”.(Prefácio dos autores do catecismo, *Catéchisme du Concile de Trente*, a partir da tradução francesa publicada pela revista *Itinéraires*, n° 136, setembro – outubro 1969, p. 7).

²³ J. Balogh, “Voces paginorum”, *Philologus*, 82, 1926, pp. 84-109 et 83, 1927, pp. 202-240.

²⁴ Mandrou, evidentemente, leu o pai de Dainville que já tem chamado a atenção dos pesquisadores sobre o aporte da Companhia de Jesus à definição das humanidades e os seus usos nos primeiros colégios: François de Dainville, *Les Jésuites et l'éducation de la société française, la naissance de l'humanisme moderne*, volume 1, Paris, 1940.

²⁵ Roger Chartier, Marie-Madeleine Compère et Dominique Julia orientaram nossa atenção em 1976 em direção aos textos essenciais nesse domínio: Jacques de Batencour, J.-B. de la Salle, etc. (cf. *L'Éducation en France du XVIe au XVIIIe*, Paris, SEDES, 1976)

²⁶ Ver, em particular, Robert Mandrou, *op. cit.* p. 202.

²⁷ A bibliografia comentada que acompanha a obra distingue os documentos dos estudos. Não se encontra, nos primeiros, nenhuma dessas obras anônimas que serão o essencial das fontes de sua obra posterior.

²⁸ Robert Mandrou, *De la culture populaire aux 17^e et 18^e siècles. La Bibliothèque bleue de Troyes*, Paris, Stock, 1964.

²⁹ Mandrou elabora a hipótese de que essas obras chegaram lá, graças aos depósitos feitos pelos próprios editores no século XIX (*op. cit.*, p. 28).

³⁰ *Id.*, p. 30. Mandrou escreve mais tarde essa equivalência sobre a evidência de que os editores troyens criaram um produto específico destinado a um mercado delimitado: “Essas obras foram escritas para as classes populares e, numa escala de dois séculos sobre os quais foi constituído o fundo, por uma parte segundo seus olhos.” (p. 27)

³¹ Robert Mandrou, *op. cit.*, pp. 32-33 (a partir da 2ª edição, Paris, Stock, 1975).

³² *Id.* p. 33.

³³ Geneviève Bollème, *Almanachs populaires au XVIIe et XVIIIe siècles*, Paris, 1969.

³⁴ *Revue historique*, 495, 1970, pp. 193-197.

³⁵ Michel de Certeau, Dominique Julia, Jacques Revel, “La beauté du mort. Le concept de ‘culture populaire’”, *Politique aujourd’hui*, dezembro, 1970, retomado em Michel de Certeau, *La Culture au pluriel*, Paris, UGE, 10/18, 1974, pp. 55-94. [Ed. bras. *A cultura no plura*. Campinas: Papyrus, 1995].

³⁶ Optou-se por manter ao longo do texto o nome original : *Bibliothèque bleue* (N.T.).

³⁷ Michael A. Screech, *Some Renaissance studies: selected articles 1951-1991*, Genève, Droz, 1992 ; Michael A. Screech, *Rabelais*, Ithaca, N.Y., Cornell University Press, 1979 ; Stephen Rawles and Michael A. Screech, *A New Rabelais Bibliography: Editions of Rabelais before 1626*, Genève, Droz, 1987. Ver também a participação de Michael Screech para a edição crítica de *Gargantua* (François Rabelais, *Gargantua*, texto estabelecido por Ruth Calder. Com introdução, comentários, tabelas e glossários por M. A. Screech. Prefácio por V. L. Saulnier, Genève, Droz, 1970).

³⁸ Carlo Ginzburg, *I Benandanti. Stregoneria e culti agrari tra cinquecento e seicento*, Torino, Giulio Einaudi, 1966 (trad. fr. : *Les Batailles nocturnes. Sorcellerie et rituels agraires aux XVIe et XVIIe siècles*, Paris, Verdier, 1980, reedição Flammarion, Paris, 1984). [Ed. bras. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1988].

³⁹ “A riqueza excepcional dos documentos de Frioul permitem reconstruir esse processo [...].eles revelam como um ritual nos moldes claramente populares como o que se organizava em redor dos andarilhos alterou-se, progressivamente, sob a pressão dos inquisidores para cobrir, finalmente, os traços da bruxaria tradicional. Este desacordo, este desvio entre a imagem proposta pelos juizes durante os interrogatórios e a fornecida pelos acusados, permitem atingir uma camada de crenças especificamente popular, seguidamente apagadas pela imposição do esquema douto.” (Carlo Ginzburg, *op. cit.*, ed. de 1984, pp. 6-7).

⁴⁰ Arquivos de l'évêché d'Udine (Archivio della curia arcivescovile di Udine).

⁴¹ Carlo Ginzburg, *Il formaggio e i vermi. Il Cosmo di un mugnaio del'500*, Torino, Giulio Einaudi, 1976 (trad. fr., *Le Fromage et les vers. L'univers d'un meunier du XVIe siècle*, Paris, Flammarion, 1980). [Ed. bras., *O queijo e os vermes, o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.]

⁴² Carlo Ginzburg, *op. cit.*, p. 15.

⁴³ *Id.*, p. 88.

⁴⁴ “Minha opinião é que...”, “Eu creio que ...”: as respostas de Menocchio (cf., por exemplo, p. 94-97) são esforços performáticos repetidos para instalar frente aos juizes a independência de seu pensamento e a inteira responsabilidade de seus propósitos.

⁴⁵ “Senhor, eu jamais encontrei alguém que tivesse essas opiniões, e as opiniões que tive, eu as tirei de minha cabeça” (*op. cit.*, p. 56).

⁴⁶ “Vimos, portanto, aflorar nos discursos de Menocchio, como por uma fissura do solo, uma camada cultural profunda, tão incomum que parece imcompreensível” (*op. cit.* p. 99).

⁴⁷ *Ibid.*

⁴⁸ *Op. cit.*, pp. 99-100.

⁴⁹ "Os anjos foram produzidos pela natureza a partir da mais perfeita substância do mundo como os vermes são produzidos a partir do queijo; mas vindo ao dia receberam de Deus, com sua *bénédiction*, a vontade, o intelecto e a memória" (*op. cit.*, p. 97).

⁵⁰ *Op. cit.*, p. 98.

⁵¹ Cf. Erich Auerbach, *Literatursprache und Publikum in der lateinischen Spätantike und im Mittelalter*, 1958 ; tr. fr., *Le Haut Langage. Langage littéraire et public dans l'Antiquité latine tardive et au Moyen Âge*, Paris, Belin, 2004.

⁵² É assim que viveu à primeira pessoa o salto histórico de alcance incalculável que separa a linguagem pontuada de gestos, de grunhidos e bramidos da cultura oral àquele, do foro privado e cristalizado sobre a página, da cultura escrita. Um é quase um prolongamento do corpo, o outro é uma "coisa mental" (*op. cit.*, p. 100).

⁵³ Ginzburg cita em nota (p. 204, notas do capítulo 28) um dos primeiros artigos onde Jack Goody elabora esta tese: J. Goody et J. Watt, "The Consequences of Literacy", *Comparatives Studies in Society and History*, V, 1962-63, pp. 1355-1382. Que será desenvolvida em Jack Goody, *The Domestication of the savage mind*, Cambridge University Press, 1977 (tr. fr., *La Raison graphique*, Paris, Éditions de Minuit, 1979).

⁵⁴ *Livres et société dans la France du XVIIIe siècle*, sob a direção de François Furet, Paris, La Haye, Mouton, 1970, 2 vol.

⁵⁵ Henri-Jean Martin, "Culture écrite et culture orale, culture savante et culture populaire dans la France d'Ancien Régime", *Journal des savants*, juillet-décembre 1975, pp. 225-282.

⁵⁶ O primeiro volume surge em 1982 (*Histoire de l'édition française*, sob a direção de Roger Chartier e Henri-Jean Martin, vol. 1, Paris, Éditions Promodis, 1982 ; vol. 2, *id.* ; 1984, vol. 3, *id.*, 1985 ; vol. 4, *id.*, 1986.)

⁵⁷ Os primeiros trabalhos de Roger Chartier sobre a história do livro e da leitura são retomados com uma importante introdução em *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*, Paris, Le Seuil, 1987.

⁵⁸ "Numerosos são os exemplos de uso "populares" de objetos, de idéias, de códigos não tidos como tais, e numerosas, também, as formas e os materiais de uma cultura coletiva da qual as elites só se separam lentamente. (Roger Chartier, *Lectures et lecteurs d'Ancien Régime...*, *op. cit.*, p. 8).

⁵⁹ "Não é assim tão simples que se poderia pensar sobrepor segmentações sociais e diferenças culturais." (*Id.*)

⁶⁰ Anne Sauvy já tinha chamado a atenção para estes mercadores ambulantes: "Noël Gille dit La Pistole, marchand forain libraire roulant par la France", *Bulletin des bibliothèques de France*, vol. 12, maio 1967, pp. 177-190. Robert Darnton inclui o dossier em "The world of the underground booksellers in the Old Regime", *Vom Ancien Régime zur Französischen Revolution. Forschungen und Perspektiven*, Ernst Hinrichs, Eberhard Schmitt, Rudolf Vierhaus, eds., Publications du Max Planck Institut für Geschichte, vol. 55, pp. 439-479 ; "Trade in the Taboo: the life of a clandestine book dealer in provincial France", *The Widening Circle: Essays on the Circulation of Literature in Eighteenth-Century Europe*, P. J. Korshin ed., Philadelphia, 1976, pp. 11-83 (incluído respectivamente nos capítulos 4 e 5 de *Bohème littéraire et Révolution. Le monde des livres au XVIIIe siècle*, Paris, Gallimard, Le Seuil, 1983). Darnton o complementarà em uma série de conferências no Collège de France em 1987. Ver o capítulo III em *Édition et sédition. L'univers de la littérature clandestine au XVIIIe siècle*, Paris, Gallimard, 1991. [Ed. bras. *Edição e sedição*. São Paulo: Cia das Letras, 1992; *Boemia literária e revolução: o submundo das letras*. São Paulo: Cia das Letras, 1987].

⁶¹ Uma primeira abordagem da atividade dos colporteurs, é verdadeiro para uma época tardia, foi proposta por Jean-Jacques Darmon em *Le Colportage de librairie en France sous le Second Empire*, Paris, 1972. Laurence Fontaine ("Colporteurs de livres dans l'Europe du XVIIIe siècle") e Gudrun Gersmann ("Le monde des colporteurs parisiens du livre prohibés, 1750-1789") refizeram o dossier para o século XVIII em *Colportage et lecture populaire. Imprimés de grande circulation en Europe, XVIe-XIXe siècles*, sob a direção de Roger Chartier e Hans-Jürgen Lüsebrink, Paris, IMEC Editions et Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1996, pp. 21-36 et 37-48.

⁶² *Romans à clé*: romance em que o autor põe em cena personagens reais, mas de forma camuflada. [N.T.].

⁶³ Para uma boa síntese dos trabalhos de Robert Darnton sobre a circulação do impresso, ver *The Darnton Debate. Books and Revolution in the Eighteenth Century*, ed. by Haydn T. Mason, Voltaire Foundation, Oxford, University of Oxford, 1998 [Robert Darnton : "Two paths through the social history of ideas", pp. 251-294].

⁶⁴ *Figures de la gueuserie* / textos apresentados por Roger Chartier, Paris, Montalba, 1982 (repris dans *Lectures et Lecteurs...*, *op. cit.*, chap. 8).

⁶⁵ Nesse texto, Roger Chartier não faz referência a Donald F. McKenzie que teve, no entanto, evocado no artigo “ Livre ” do dicionário que organizou com Jacques Le Goff e Jaques Revel em 1978 (*La Nouvelle Histoire*, Paris, Retz-CEPL, 1978). O eminente especialista neo-zelandês da bibliografia material que tinha colocado sua erudição ao serviço da sociologia dos textos da época elisabetana a dialogar com Chartier de maneira regular para Paris ou Londres. Roger Chartier introduzirá em 1991 a tradução francesa de *Bibliography and the Sociology of Texts* (D. F. McKenzie, *La Bibliographie et la sociologie des textes*, Paris, Cercle de la librairie, 1991).

⁶⁶ Vários pesquisadores vêem “ la plume ” de Scarron por detrás desse pseudônimo.

⁶⁷ R. Chartier, *Lectures et lecteurs dans la France d’Ancien Régime*, *op. cit.*, p. 310. [Ed. bras. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004].

⁶⁸ A Bibliothèque bleue visou tanto a produção de *best-sellers* como a de *steady-sellers*.

⁶⁹ É o caso Valentin Jamerey-Duval, célebre autodidata das Luzes, que, quando o duque Léopold de Lorraine o descobre, em 1716, guardando seu rebanho na floresta de Lunéville, um cartão de mapas de geografia à mão, freqüentava, desde muitos anos, a Bibliothèque bleue, mas já havia mergulhado em traduções de Plutarque, Quinte-Curce, Tite-Live et Pline l’Ancie (cf. J. Hébrard, “o autodidatismo exemplar...””, *op. cit.*, 2e ed., p. 70”).

⁷⁰ Sobre a relação na linguagem escrita das mulheres da burguesia e da aristocracia do século XVIII ver Dena Goodman, “ L’ortographe des dames: Gender and Language in the Old Regime ”, *French Historical Studies*, v. 25, n° 2, spring 2002, pp. 191-223.

⁷¹ A complexidade da alfabetização da França do Antigo Regime é particularmente colocada em evidência, em Languedoc, pelas análises meticulosas de Marie- Madeleine Compère (“ École et alphabétisation en Languedoc aux XVIIe et XVIIIe siècles ”, *Lire et écrire. L’alphabétisation des Français de Calvin à Jules Ferry*, tomo 2, sob a direção de François Furet e Jacques Ozouf). Certamente, ela trabalha a partir do indicador da assinatura, mas ela analisa cada estrato social, cada região e, com certeza, um e outro sexo. Isso resulta em contrastes impressionantes: 88,3 % das mulheres dos notáveis de Montpellier assinam desde o fim do século XVII enquanto que aquelas que não o são somente 16,7 % podem fazê-lo nas pequenas vilas do litoral. Paralelamente, as mulheres dos mercadores só assinam 73,5 %, em Montpellier enquanto 25 % das de na *cote* (quadro IV, p. 82).

⁷² Pode-se observar que, em outros tipos de cultura da escrita, outros métodos de investigação foram utilizados para chegar às mesmas conclusões. É o caso, para a Antiguidade grega e romana, onde Florence Dupont formula respostas idênticas apoiando-se sobre uma análise filológica dos materiais disponíveis ou, mais precisamente, sobre uma análise dos processos de enunciação da obra nos textos (Florence Dupont, *L’Invention de la littérature. De l’ivresse grecque au texte latin*, Paris, La Découverte, 1994).

⁷³ O impacto da crítica marxista das “ideologias” teria, neste domínio, deixado vestígios. Um artigo como o de Louis Althusser sobre os “ appareils idéologiques d’État ” (“ Idéologie et appareils idéologiques d’État ”, *La Pensée*, mai 1970) não havia deixado indiferentes os pesquisadores em ciências humanas e sociais que trabalham sobre os fenômenos culturais”. [no Brasil: *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1983].

⁷⁴ Os trabalhos de Jauss começam a circular fora do círculo comparatista em 1978 a partir da publicação francesa de *Pour une esthétique de la réception* que prefacia Jean Starobinsky (Paris, Gallimard). O conceito de estética da recepção tinha estado no centro do congresso da *Association internationale de littérature comparée* que foi realizado em Innsbruck (Áustria), em setembro de 1979.

⁷⁵ W. Iser, *Der Akt des Lesens: Theorie ästhetischer Wirkung*, München, W. Fink, 1976 (trad. francesa : *L’Acte de lecture : théorie de l’effet esthétique*, Bruxelles, P. Mardaga, 1985).[Ed. bras. *O ato da leitura, uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Ed. 34, 1999].

⁷⁶ Para uma tentativa desse tipo, ver “ Lectures et publics ”, sob a direção de Jean Hébrard e Christian Jouhaud, *Le Grand Atlas des littératures*, Paris, Encyclopaedia Universalis, 1990, pp. 260-335.

⁷⁷ CERTEAU, M. de. “La lecture : un braconnage”. In: *L’Invention du quotidien*, I, *Arts de faire*, Paris, UGE, 1980, pp. 279-296.[Ed. bras.: “Ler: uma operação de caça”. In: *A invenção do cotidiano*, (t.1 artes de fazer). Petrópolis: Vozes, 1994].

⁷⁸ Ver Anne-Marie Chartier et Jean Hébrard, "L'*Invention du quotidien*, une lecture, des usages", *Le Débat*, 49, mars-avril 1988, pp. 97-108. Também ver Roger Chartier, "Stratégies et tactiques. De Certeau e as 'arts de faire'", *Michel de Certeau*, sob a direção de Luce Giard, Paris, Éditions du Centre Georges Pompidou, 1987, pp. 155-167.

⁷⁹ *L'écriture de l'Histoire*, Paris, Gallimard, 1975 ; *La Fable mystique, XVIe – XVIIe siècles*, Paris, Gallimard, 1982.

⁸⁰ Dominique Blanc, Daniel Fabre, *Le Brigand de Cavanac : le fait divers, le roman, l'histoire*, Lagrasse (Aude), Verdier, 1982.

⁸¹ Margaret Spufford, *Small Books and Pleasant Histories. Popular Fiction and its Readership in Seventeenth-Century England*, London, Methuen, 1981.

⁸² Deve-se a Roman Jakobson, Émile Benveniste, John L. Austin, John R. Searle a distinção nos textos no plano do enunciado e daquele da enunciação, o primeiro designa o que é produzido pelo ato da palavra, o segundo os traços desse ato no enunciado (cf., por exemplo, Émile Benveniste, *Problèmes de linguistique générale*, Paris, Gallimard, 1966-1974, 2 vol.). [Ed. bras. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Pontes / UNICAMP, 1988].

⁸³ Os especialistas designam em geral o primeiro tipo de comunicação como "discursos" e o segundo como "relatos". Certos discursos tendem a pagar toda referência à singularidade da enunciação para fazer do enunciado uma proposta sem sujeito, verdade em todo tempo e em qualquer lugar. É o caso do discurso científico ("L'eau bout à 100 degrés." No entanto, durante muito tempo, o discurso científico se apresenta como o relato de uma experiência levada pelo "eu" do cientista e validada pela qualidade das testemunhas que o assistiram, por conseguinte, como um testemunho (Cf. Christian Licoppe, *La Formation de la pratique scientifique : le discours de l'expérience en France et en Angleterre, 1630-1820*, Paris, La Découverte, 1996).

⁸⁴ Os textos escritos não visam a este alargamento da comunicação pela leitura. Os especialistas das escrituras mais antigas (Egito, Mesopotâmia) insistiram em outros tipos de funções como o registo das transações ou as funções mágicas que não supõem leitura.

⁸⁵ Cf. Dicionário Aurélio : poeta que recitava ou cantava suas composições religiosas ou épicas. [N.T.].

⁸⁶ Sobre o *recitatio* antigo, ver Emmanuelle Valette-Cagnac, *La Lecture à Rome : rites et pratiques*, Paris, Belin, 1997 et Florence Dupont, *op. cit.*, p. 254 sqq.

⁸⁷ Em relação a "publicação" das obras nos salões nos séculos XVII e XVIII, ver Roger Chartier, *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*, *op. cit.*, pp. 207 sqq.

⁸⁸ Um bom exemplo para o século XVII são as *Aventures de Télémaque* que chega à casa do impressor após ter circulado muito manuscrito sem o controle do autor.

⁸⁹ A leitura oral da obra por seu autor tornou-se desprezo em numerosos romances do século XIX (de Honoré de Balzac a Alphonse Daudet) incluindo o relato que é dado retorna a períodos em que desempenha um papel central. É o caso de Alfred de Vigny que, no vigésimo capítulo de *Cinq-Mars*, intitulado "La lecture", põe em cena Milton lendo seus poemas no salão de Marion de Lorme onde, entre outros, encontraram-se para o escutar Molière e Corneille.

⁹⁰ Jean-Yves Mollier (*Louis Hachette (1800-1864). Le fondateur d'un empire*, Paris, Fayard, 1999) demonstra o papel central do editor Louis Hachette no controle da recepção.

⁹¹ Florence Dupont (*op. cit.*) observa que o nascimento de uma transmissão escrita da poesia na Antiguidade coincide com o desenvolvimento de escolas privadas encarregadas de transmitir aos jovens aristocratas a arte de compor que eles não mais aprendem nos acontecimentos religiosos e culturais (banquetes) onde esses textos eram primeiramente improvisados (a preocupação com o enunciado e de sua memória se substitui à preocupação da enunciação e de sua arte).

⁹² Sobre este que a poética chama de "paratexto", ver em particular Gérard Genette, *Seuils*, Paris, Éditions du Seuil, 1987.

⁹³ O famoso prefácio de Jean-Jacques Rousseau para *Nouvelle Héloïse* é uma extraordinária ilustração: depois de ter afirmado que "ce livre n'est point fait pour circuler dans le monde, et convient à très peu de lecteurs" ele passa em revista todos os supostos leitores da obra e indica a cada um as razões de se aventurar na sua leitura incluindo a jovem que ali se perderá ("Puisqu'elle a commencé, qu'elle achève de lire : elle n'a plus rien à risquer"). [Julia, ou, A nova Heloisa : cartas de dois amantes habitantes de uma cidadezinha ao pé dos Alpes. São Paulo: Hucitec; Campinas: UNICAMP, 1994].

⁹⁴ O tratamento irônico dessa figura "letrada" da leitura coletiva é um dos temas favoritos dos romances que encenam a "vida de Boemia" no Segundo Império. Encontra-se um bonito exemplo em *Le Petit Chose d'Alphonse Daudet*.

⁹⁵ Na cultura manuscrita, a cópia é mais comum à iniciativa do leitor ; de uma certa maneira, ela registra sua leitura (escolha do texto inteiro ou de certas partes, modificações, comentários, etc.). Na cultura impressa, a multiplicação dos textos é iniciativa do editor que se situa entre os dois na relação enunciativa.

⁹⁶ Que se pense, por exemplo, para a primeira página de *Em busca do tempo perdido* quando o narrador recorda a sua infância ("Durante muito tempo me deitei em boa hora...") e a dificuldade que tinha na sonolência do adormecer para separar os universos ficcionais de suas leituras da percepção da clama da noite.

⁹⁷ O romancista brasileiro Machado de Assis, que trabalha em seus romances as múltiplas facetas do ciúme, utiliza a cena de leitura como um meio para fazer mostrar a exasperação do personagem ciumento face ao silêncio de sua parceira refugiada na leitura (cf. por exemplo, o livro "La montre en or" cuja tradução francesa foi editada por Anne-Marie Métaillé em uma coleção portando o mesmo título).[1998].

⁹⁸ Laurence Sterne é um dos primeiros a fazer uso sistemático dessa estrutura dialógica. Que se recorde, por exemplo, do primeiro e curto capítulo de *Tristram Shandy* quando abre com o "eu" do narrador ("Gostaria que meu pai e minha mãe [...] pensassem o que faziam quando me fizeram."), rapidamente seguido da apóstrofe ao leitor: "Creiam-me boa gente..." e terminando por um primeiro diálogo colocando em cena o narrador, sua mãe, seu pai e... o leitor, que o editor da tradução francesa tenta traduzir usando o melhor possível o itálico, o romano e o duplo *cadra*tin: "Diga-me, meu caro, perguntou minha mãe, *não esqueceram de montar o pêncdulo?* — *Bom Deus!* gritou meu pai, que, fazendo essta exclamação, tomou cuidado para moderar sua voz, — jamais mulher, desde a criação do mundo, interrompeu um homem por uma tal questão? Que dizer vosso pai, eu vos peço? — Nada." (Laurence Sterne, *Vie et opinion de Tristram Shandy gentilhomme*, trad. por M. Léon de Wailly, Paris, G. Charpentier, 1882).[Ed. bras. *A vida e as opiniões do cavaleiro Tristram Shandy*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.]

⁹⁹ Apoio-me aqui sobre o modelo narratológico desenvolvido por Gérard Genette ao longo de toda a sua obra e, mais particularmente, no capítulo 5 de *Figures III* (Paris, Seuil, 1972, pp. 225-2655) sem ignorar a existência de numerosos trabalhos, aí compreendidos os seus, que complexificam essa abordagem.

¹⁰⁰ Se a experiência da voz colocada ao serviço do texto parece bem ter continuado sempre no centro da leitura, as formas dessa colocação aponta para a disposição serão, certamente, variado na história. Jesper Svenbro (*Phrasikleia. Anthropologie de la lecture en Grèce ancienne*, Paris, La Découverte, 1998) mostrou que, nas escrituras epigráficas (uma inscrição sobre um túmulo, por exemplo), na Grécia, está a espera de uma voz que a oralise sem, no entanto, reviver um narrador ou mesmo um autor: é a inscrição própria que fala pela voz do leitor que o oralisa.

¹⁰¹ Michel Charles, *La Rhétorique de la lecture*, Le Seuil, Paris, 1977.

¹⁰² Ver "Lectures et publics", sob a direção de Jean Hébrard e Christian Jouhaud, *Le Grand Atlas des littératures*, Paris, Encyclopædia Universalis, 1990, pp. 260-335

¹⁰³ É o fenômeno que retém Pierre Bourdieu em sua análise do movimento da arte pela arte no final do século XIX (cf. *Les règles de l'art : genèse et structure du champ littéraire*, Paris, Éd. du Seuil, 1992). [*As regras da arte: gênese estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996].

¹⁰⁴ Encontram-se aqui livremente as demonstrações feitas em diversos lugares por Roger Chartier e, em particular, em seu seminário. Há uma síntese em Roger Chartier, *Inscrire et effacer. Culture écrite et littérature (XIe-XVIIIe siècle)*, Paris, Gallimard / Le Seuil, Collection Hautes Etudes, 2005 (em particular, Capítulo 2, "Écriture et mémoire. Le librillo de Cardenio", pp. 33-52 e capítulo III, "La presse et les fontes. Don Quichotte dans l'imprimerie", pp. 53-77.).

¹⁰⁵ Utilizo a edição espanhola de Florencio Sevilla (Miguel de Cervantes, *Don Quijote de la Mancha*, Madrid, Alianza Editorial, 2001, 2 vol.) e a tradução de Aline Schulman (Miguel de Cervantès, *L'Ingénieux Hidalgo Don Quichotte de la Manche*, Paris, Le Seuil, 1997, 2 vol.). Aqui, vol. 1, p. 25.

¹⁰⁶ Desde o prólogo, Cervantes coloca em cena o autor suposto como "novo autor", quer dizer, como autor não inscrito nas sociabilidades cultivadas de seus pares, então, como não dispõe dos instrumentos (dedicatórias, elogios recebidos) que o permitem elaborar seu paratexto. Cervantes cria a ficção da visita de um amigo – então desvia o prólogo que é habitualmente um discurso e o transforma em relato – que sugere ao autor representado que se desembarace dos constrangimentos habituais do

gênero escrevendo, ele mesmo, os textos de elogio que ninguém lhe endereçou. É o mesmo personagem que define o contrato de leitura. (*Id.*, vol. 1, pp. 27-31).

¹⁰⁷ *Id.* vol. 1, pp. 30-31.

¹⁰⁸ *Id.* vol. 1, p. 43 (o “eu” do narrador poderá ser confundido com o autor representado no prólogo e falando, assim, em primeira pessoa).

¹⁰⁹ *Id.* vol. 1, p. 515.

¹¹⁰ *Id.*, vol. 1, p. 519.

¹¹¹ Em 1614 aparece uma segunda parte de Dom Quixote, apócrifo, casa editorial de Tarragone (edição designada hoje sob o nome de *Quichotte d'Avellaneda*). Cervantes evoca o falso em um ‘prólogo ao leitor’ de algumas páginas nas quais ele apostrofa seu leitor na segunda pessoa (“Dieu me pardonne ! avec quelle impatience, lecteur, que tu sois noble ou plébéien, tu dois attendre ce prologue...” - *Id.*, vol. 1, p. 7) e põe em cena uma discussão animada com ele (“Il me semble lecteur t’entendre me reprocher que je me restreins de trop...” - *Id.*, vol. 1, p. 8).

¹¹²“Sidi Ahmed Benengeli conta, para começar a segunda parte desta história - e terceira saída de Dom Quixote -, que...” (idem, vol. 2, cap. 1, p. 15) Cervantes, neste primeiro aparecimento de Sidi Ahmed Benengeli deixa aplanar a dúvida sobre o seu estatuto mas instala-o como autor de um discurso indireto (“[ele] conta que”) que se transforma rapidamente em discurso indireto livre que libera imediatamente o leitor da ficção de um autor situá-lo como porta voz narrador onisciente. No entanto, toma grande cuidado em distinguir a unidade narratológica e editorial (“segunda parte da história”) e a unidade dramática (“terceira saída de Dom Quixote”).

¹¹³ “douze mille exemplaires”.

¹¹⁴ Roger Chartier e Jean Hébrard, “Les imaginaires de la lecture”, *Histoire de l'édition française*, tome 4, *Le Livre concurrent* (1900-1950), sob a dir. de Roger Chartier e Henri-Jean Martin, Paris, Éditions Promodis, 1986, pp. 528-541.

¹¹⁵ Walter Benjamin, “Le Narrateur. Réflexions à propos de l’œuvre de Nicola Leskov”, *Écrits français*, Paris, Gallimard, 1991, pp. 249-298 (o texto provavelmente escrito em francês em 1936 a partir de um artigo alemão de 1933 – “Erfahrung und Armut” – foi publicado pela primeira vez por Adrienne Monnier em *Le Mercure de France* en juillet 1952). [Ed. bras.: “O narrador”. In: *Obras escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985].

¹¹⁶ Mikhail Bakhtin, *Esthétique et théorie du roman*, Paris, Gallimard, 1978 (o texto apareceu em Moscou, 1975). [*Questões de literatura e de estética - a teoria do romance*. São Paulo: HUCITEC, 1988].

¹¹⁷ Se o ressurgimento de uma possível leitura silenciosa parece estar ligado, na nossa cultura escrita alfabética, à generalização dos séculos VIII e XII do hábito de dispor uma lacuna entre as palavras nas escrituras manuscritas seguidamente impressas (cf. Paul Saenger, *Space Between Words: The Origins of Silent Reading*, Stanford, California, Stanford University Press, 1997), nada nos permite afirmar que a Antiguidade não sabia ler com os olhos, em numerosas circunstâncias, a leitura oralizada era preferida em relação à leitura silenciosa (sobre este debate, ver Jesper Svenbro, *op. cit.*, particularmente a discussão que é proposta de B. M. W. Knox criticando J. Balogh em “Silent Reading in Antiquity”, *Greek, Roman and Byzantine Studies*, 9, 1968, pp. 421-435.).

¹¹⁸ Roger Chartier, “Orality lost: text and voice in the sixteenth and seventeenth centuries”, *Across boundaries*, B. Bell, P. Bonnett, Jonquil Bevan, eds., Winchester, St Paul's Bibliographers, 2000, pp. 1-28.

¹¹⁹ Françoise Waquet, *Parler comme un livre : l'oralité et le savoir (XVIe – XXe siècle)*, Paris, Albin Michel, 2003.

¹²⁰ A obra de Paul Ricœur (a partir de *La Métaphore vive*), mais ainda que a de Jauss, permite elaborar os modelos para avançar nessa exploração, em particular pela síntese que ela estabelece entre ciências da linguagem, filosofia e hermenêutica. Ela é uma permanente referência de Roger Chartier quando ele entra plenamente na análise das representações ficcionais da leitura.

¹²¹ Ver, por exemplo, *Au bord de la falaise*, Paris, Albin Michel, 1998, pp. 274-75 e *Inscrire et effacer. Culture écrite et littérature (XIe-XVIIIe siècle)*, *op. cit.*, pp. 33-52 e 53-77. [Ed. bras.: *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002, 260-63].

¹²² Seguimos sempre a tradução de d’Aline Schulman (Paris, Le Seuil, 1997, tome 1, p. 177 sqq.).

¹²³ "Se tu não sabes contar a história diferente que repetindo duas vezes o que vais dizendo, Sancho, tu não terás terminado em dois dias! Conta-a seguido, e como homem de juízo, ou, quando não, é melhor que te cales."(Ibid., p. 181).

¹²⁴ Cervantes não precisa de qualquer espécie de moinho, ele age. É difícil, contudo, não evocar um moinho para o "papel", o que aumenta ainda a força da imagem.

¹²⁵ " Pero dígame vuestra merced, ahora que estamos en paz (...), ¿no ha sido cosa de reír, y lo es de contar, el gran miedo que hemos tenido?" Aline Schulman traduziu: "Mais à présent que nous avons fait la paix – (...) – avouez qu'il y aurait de quoi faire rire bien des gens si on leur racontait cette grande frayeur..." (Ibid. p. 187). Louis Viardot (Paris, J. J. Dubouchet et Cie, 1836, vol. 1, p. 265) traduzido mais perto do texto espanhol: " Dites-moi, n'y a-t-il pas de quoi rire, et aussi de quoi conter, dans cette grande frayeur que nous avons eue... ”.

¹²⁶ *Id* O texto espanhol diz exatamente : " No niego yo (...) que lo que nos ha sucedido no sea cosa digna de risa, pero no es digna de contarse; que no son todas las personas tan discretas que sepan poner en su punto las cosas " (vol. 1, p. 277). Como se vê, a oposição trata sobre o duo *discretos/vulgos*. Louis Viardot, insistindo na interrupção social entre o mestre e o valete, traduz : " les gens qui vous écoutent n'ont pas assez de sens et d'esprit pour mettre les choses à leur vrai point. " (*Id.*).

¹²⁷ A temática do fechamento (dos pobres, dos loucos, dos doentes, dos delinquentes) é rica em questões sobre os perigos da eliminação de qualquer sociabilidade. O protótipo imaginário é certamente Robson Crusoe em sua ilha... mas as "experiências" reais (Itard e a sua criança selvagem) ou literárias (Marivaux na *La Dispute*) feitas no século XVIII sobre a educação das jovens crianças, fora de qualquer contato humano, permitiram explorar minuciosamente essa figura.

¹²⁸ Ver, por exemplo, para o século XIX, os trabalhos de Martyn Lyons ou de James Smith Allen.

¹²⁹ Sobre os constrangimentos enunciativos do relato de vida, ver Philippe Lejeune, *Le Pacte autobiographique*, Paris, Le Seuil, 1975.

¹³⁰ Jacques Rancière, *La Nuit des prolétaires*, Paris, Fayard, 1981. Publicado no Brasil: A Noite dos proletários. São Paulo : Cia das Letras, 1988. [Ed. bras. *A noite dos proletários: arquivos dos sonhos operários*. São Paulo: Cia das Letras, 1988].

¹³¹ Em última instância, podia-se também, aí ler a tensão que separava então duas análises essenciais da *autodidaxie*, aquela de Richard Hoggart ((*La culture du pauvre : études sur le style de vie des classes populaires en Angleterre*, Paris, Editions de Minuit, 1970 para a tradução francesa) que coloca a tônica sobre as estratégias de apropriação pelas classes populares das formas culturais mais variadas e a de Pierre Bourdieu (*La Distinction : critique sociale du jugement*, Paris, Editions de Minuit, 1979) que coloca a tônica sobre a estigmatização da qual esse tipo de apropriação era objeto por parte dos herdeiros da cultura letrada. É Pierre Bourdieu, ele mesmo, que fez publicar, na sua coleção, o texto ainda pouco conhecido Hoggart (*The Uses of Literacy*).

¹³² James S. Amelang, *The Flight of Icarus. Artisan Autobiography in Early Modern Europe*, Stanford, Ca., Stanford University Press, 1998.

¹³³ Ver, em particular, seu capítulo 5 (*The Practice of Writing*).

¹³⁴ François Bresson foi um dos primeiros introdutores, na França, de trabalhos sobre a percepção que são, certamente, a origem (com a psicolinguística) desse campo de reflexão teórica. Ver a sua contribuição nos atos do colóquio: " La lecture et ses difficultés ", *Pratiques de la lecture, op. cit.*, pp. 15-28.

¹³⁵ Para a França ver, por exemplo, Jean Hébrard, " La scolarisation des savoirs élémentaires à l'époque moderne ", *Histoire de l'éducation*, 38, mai 1988, pp. 7-58; " Apprendre à lire à l'école en France. Un siècle de recommandations officielles ", *Langue française*, 80, décembre 1988, pp. 111-128 ; " Três figuras de jovens leitores : alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural ", *Leitura, História e História da leitura*, Márcia Abreu org., Campinas, SP, Mercado de letras e São Paulo, SP, FAPESP, 1999, pp. 33-78. Para a Itália, pode-se consultar os trabalhos de Marina Roggero (por exemplo, *L'alfabeto conquistato. Apprendere e insegnare nell'Italia tra Sette e Ottocento*, Bologna, Il Mulino, 1999); para a Espanha ver Antonio Viñao Frago (par exemple : *Leer y escribir. Historia de dos prácticas culturales*, México, Fundación Educación, voces y vuelos, I. A. P., 1999).

¹³⁶ Pour la France, ver, por exemplo, José Morais, *L'Art de lire*, Paris, Odile Jacob, 1994. [Ed. bras. *A Arte de Ler*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996].

¹³⁷ O princípio alfabético repousa sobre um código que faz corresponder uma ou várias cartas distintas (dos grafemas) cada um dos sons (fonemas) da língua. Nasceram de uma longa evolução das escrituras ocidentais que, assim como na Mesopotâmia e no

Egito, que jamais foram completamente ideográficas e sempre procuraram codificar sons além das noções ou das categorias de noções. A etapa da codificação silábica foi uma transição importante para as codificações meramente fonéticas (*Histoire de l'écriture. De l'idéogramme au multimédia*, sob a direção de Anne-Marie Christin, Paris, Flammarion, 2001).

¹³⁸ A escritura do latim é mais regular que a escrita do francês e pode, por conseguinte, ser um suporte eficaz da compreensão do princípio alfabético sobretudo quando as orações latinas são conhecidas de todos.

¹³⁹ A literatura torna-se abundante de confissões autodidatas da leitura.

¹⁴⁰ J. Hébrard, “L'autodidaxie exemplaire. Comment Valentin Jamerey-Duval apprit-il à lire ?”, *Pratiques de la lecture*, *op. cit.* [Práticas da Leitura...].

¹⁴¹ É o "azar" de sua ocorrência em uma vida ignorante que lhe dá este caráter inaugural.

¹⁴² Jean Hébrard, “Les livres scolaires de la Bibliothèque bleue : archaïsme ou modernité ?”, *Colportage et lecture populaire. Imprimés de large circulation en Europe XVIe-XIXe siècles*. Anais do colóquio de 21-24 avril 1991, *Wolfenbüttel*, sob a direção de Roger Chartier e Hans-Jürgen Lüsebrink, Paris, IMEC Éditions e Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1996, pp. 109-136.

¹⁴³ Uma das variantes do texto de *Confessions* (após a edição da Pléiade, Jean-Jacques Rousseau, *Œuvres complètes*, Paris, Gallimard, 1959, tome 1, p. 1236, note a).

¹⁴⁴ Cf. Jean Hébrard, “Três figuras de jovens leitores...”, *op. cit.*

¹⁴⁵ Rolf Engelsing, *Der Bürger als Leser. Lesergeschichte in Deutschland 1500-1800*, Stuttgart, J. B. Metzler, 1974.

¹⁴⁶ Ver, por exemplo, as memórias de Louis-Gabriel Gauny (“Un livre prêté par un voisin de pallier m'enflamma la cervelle” - *Le Philosophe plébéien*, textos reunidos por Jacques Rancière, Paris, Maspero, 1983, p. 27), aqueles de Xavier-Edouard Lejeune (“Le médecin pronostiquant une crise nerveuse ordonna quand même des bains, des douches et un repos de quelques semaines” - *Calicot*, textos manuscritos editados por Michel e Philippe Lejeune, Paris, Arthaud-Montalba, 1984, p. 121) ou ainda Suzanne Voilquin (“Ces divers ouvrages exaltant l'amour se rendaient complices de la nature, en agitant fortement mon imagination et en remplissant mon cœur de désirs inconnus” - *Souvenirs d'une jeune fille du peuple...*, Paris, 1865, reed. Paris, Maspero, 1978, p. 77). Para uma análise mais completa desses testemunhos, ver Jean Hébrard, “Les nouveaux lecteurs”, *Histoire de l'édition française*, sob a dir. de Roger Chartier e Henri-Jean Martin, tomo 3, *Le temps des éditeurs. Du Romantisme à la Belle Époque*, Paris, Éditions Promodis, 1985, pp. 471-509 ; reed. Paris, Fayard e Promodis, 1990, pp. 526-565.

¹⁴⁷ Gérard Genette se compraz em contar as figuras mais complexas sob a denominação de “récits métadiégétiques” (*Figures III*, *op. cit.*, p. 241 sqq.)

¹⁴⁸ Valentin Jamerey-Duval, *op. cit.*, p. 193.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 299.